

ANA PAULA ARSIE

**ESPECIFICIDADES DA DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
BOCAIUVA DO SUL**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção de Bacharel em
Ciências Econômicas, Departamento de
Economia, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Mariano de Matos
Macedo.**

**CURITIBA
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA ARSIE

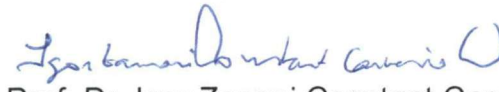
ESPECIFICIDADES DA DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
BOCAIUVA DO SUL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

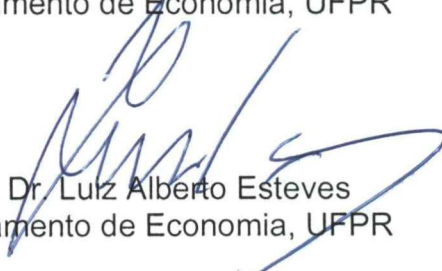
Orientador:



Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. Luiz Alberto Esteves
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 03 de novembro de 2008

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela vida e oportunidade de realizar este trabalho.

A minha avó querida, que tenho certeza, está me aplaudindo lá do céu.

Ao meu filho, Diogo, que foi quem me deu força e coragem para chegar até aqui.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo, pela paciência e dedicação.

Aos meus pais, meu marido, irmãos, tias e minha sogra, que muito me ajudaram.

E a todos aqueles, que direta ou indiretamente, colaboraram para que esse trabalho fosse concluído.

RESUMO

O município de Bocaiúva do Sul compõe junto com mais seis municípios o Vale do Ribeira Paranaense, situados muito próximos à capital do Estado. Assim como os demais municípios do Vale, Bocaiúva do Sul apresenta um dos piores IDH-M do Estado, o que retrata a heterogeneidade da RMC. Para entender os motivos da diferenciação regional, esse trabalho dedicou-se à compreensão das estruturas socioeconômicas dos municípios da RMC e mais precisamente dos municípios do Vale do Ribeira. Assim, detectamos a baixa integração dos municípios ribeirinhos em relação ao pólo. Um estudo mais específico foi feito em relação ao município de Bocaiúva do Sul, levando em consideração aspectos econômicos, sociais e naturais, com o objetivo de propor alternativas para o desenvolvimento da região. Concluímos então que ainda há muito a se fazer, para que a população bocaiuvense, assim como dos demais municípios ribeirinhos tenham uma melhoria na sua qualidade de vida.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, lugar central, dinâmica metropolitana, inclusão social.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	14
QUADRO 2 - MUNICÍPIOS DA RMC E A CLASSIFICAÇÃO DO ANEL CONCÊNTRICO EM RELAÇÃO AO PÓLO.....	15

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – RECORTES INTRAMETROPOLITANOS.....	9
MAPA 2 – PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO ESTADO.....	20

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO, NO VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2003.....	15
TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ – RMC DE 1975 – 2000.....	16
TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO, NO PIB TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – RMC 2003.....	17
TABELA 4 - PRODUTO INTERNO BRUTO (A PREÇO DE MERCADO), DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 1999....	18
TABELA 5 - COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA – SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS – RMC 1990/2001.....	19
TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO, NO PIB TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – RMC – 2003.....	21
TABELA 7 - GRAU DE URBANIZAÇÃO – MESORREGIÃO DE CURITIBA – 2000.....	22
TABELA 8 - TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DA RMC – POR DÉCADAS A PARTIR DE 1970 A 2000.....	24

TABELA 9 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA – 1992 – 2005.....	25
TABELA 10 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO VALE DO RIBEIRA – 2000.....	26
TABELA 11 - POPULAÇÃO RESIDENTE 15 ANOS E MAIS DE IDADE QUE TRABALHA OU ESTUDA E PESSOAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000.....	26
TABELA 12 - FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL PER CAPITA , SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000.....	27
TABELA 13 - INDICADORES DE LONGEVIDADE E MORTALIDADE – CURITIBA, RMC, PARANÁ E BRASIL – 1991/2000.....	28
TABELA 14 - PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS QUE NÃO SABEM LER, E SEM INSTRUÇÃO OU ATÉ 3 ANOS DE ESTUDO, TAXA DE ANALFABETISMO, E PESSOAS DE 18 ANOS E MAIS COM 11 ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000.....	28
TABELA 15 – PANORAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – MUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000.....	29
TABELA 16 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL E LIXO COLETADO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ – 2000.....	30
TABELA 17: IDH-M E COMPONENTES DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA.....	31
TABELA 18 - TOTAL DE DOMICÍLIOS, INDICADORES DE MAIOR E MENOR ESCOLARIDADE, DE MAIOR E MENOR RENDIMENTO, DESIGUALDADE DE RENDA E ANALFABETISMO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ – 2000.....	31
TABELA 19 - PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NA RMC E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE – 2001.....	32
TABELA 20 - EFETIVO DOS REBANHOS NA RMC E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE – 2001.....	32
TABELA 21 - PERFIL PRODUTORES RURAIS NO VALE DO RIBEIRA – 2002.....	33

TABELA 22 - PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS PRODUZIDAS NO VALE DO RIBEIRA, EM TONELADAS.....	34
TABELA 23 - PRODUÇÃO DE GADO, LEITE E MEL NO VALE DO RIBEIRA.....	34
TABELA 24 - QUANTIDADE DE TANGERINA MURCOTE EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA.....	35
TABELA 25 - QUANTIDADE DE TANGERINA PONKAN EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA.....	35
TABELA 26 - EXTRAÇÃO DE MADEIRA DESTINA À LENHA NO VALE DO RIBEIRA.....	36
TABELA 27 - QUANTIDADE PRODUZIDA DE PÍNUS NO VALE DO RIBEIRA, PRODUÇÃO EM M ³ (EM TORAS) E DESTINADAS À SERRARIAS - ÚLTIMOS ANOS.....	37
TABELA 28 - QUANTIDADE PRODUZIDA DE EUCALIPTO NO VALE DO RIBEIRA, PRODUÇÃO EM M ³ (EM TORA) E DESTINADAS À SERRARIAS – ÚLTIMOS ANOS.....	37
TABELA 29 - ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL, DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO E TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABELECIMENTOS COM 500 OU MAIS EMPREGADOS – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 2000.....	38
TABELA 30 - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2005.....	39
TABELA 31 – VALOR ADICIONADO FISCAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE – 2006.....	40
TABELA 32 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES E PRODUTO INTERNO BRUTO <i>PER CAPITA</i> EM BOCAIÚVA DO SUL – 2002-2005.....	40
TABELA 33 – PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES NO PARANÁ – 2002-2005.....	40
TABELA 34 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) SEGUNDO ZONA E SEXO – 2000.....	41
TABELA 35 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2000.....	43

TABELA 36 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006.....	44
TABELA 37 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA POR UTILIZAÇÃO DAS TERRAS – 2006.....	45
TABELA 38 - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA – 2006.....	45
TABELA 39 - EFETIVO DE PECUÁRIA E AVES – 2006.....	46
TABELA 40 - PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL – 2006.....	46
TABELA 41 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ E RMC – 1970/2000.....	46
TABELA 42 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO SEGUNDO A ZONA – 2000.....	47
TABELA 43 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS E SEXO.....	47
TABELA 44 - INDICADORES DE POBREZA – BOCAIUVA DO SUL, MESORREGIÃO E PARANÁ – 2000.....	48
TABELA 45 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL E INFANTIL, MORTALIDADE PROPORCIONAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ – 2000.....	48
TABELA 46 - MORTALIDADE INFANTIL – BOCAIÚVA DO SUL – 2002/04/05.....	49
TABELA 47 - SAÚDE MATERNA – 2004.....	49
TABELA 48 - HIV/AIDS, MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS – 2004/2005.....	49
TABELA 49 - ÓBITOS SEGUNDO TIPO DE DOENÇAS EM MENORES DE 1 ANO E TOTAL – 2005.....	50
TABELA 50 – TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS – 2000.....	50
TABELA 51 - MATRÍCULAS, CORPO DOCENTE E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2006.....	51
TABELA 52: ENSINO BÁSICO UNIVERSAL – 2000.....	51

TABELA 53: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PELA SANEPAR,
SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2007.....

51

LISTA DE SIGLAS

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

EMATER-PR – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PIB - Produto Interno Bruto

PRDE - Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico para o Estado do Paraná

RAIS- Registro de cobertura do emprego formal no Brasil

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

VAF - Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
2 A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS.....	02
2.1 PRESSUPOSTOS DO MODELO DE CHRISTALLER.....	02
2.2 CARACTERÍSTICAS DE UMA HIERARQUIA URBANA CONSTRUÍDA SEGUNDO O MODELO DE CHRISTALLER.....	03
2.3 CRESCIMENTO URBANO – A TEORIA DO LUGAR CENTRAL.....	04
2.4 CRESCIMENTO REGIONAL.....	04
2.5 NOÇÃO DE ESPAÇO E REGIÃO.....	05
2.5.1 Noção de Espaço.....	05
2.5.2 Noção de Região.....	05
3 METODOLOGIA.....	07
3.1 MUNICÍPIOS INTEGRADOS À DINÂMICA DA AGLOMERAÇÃO.....	08
3.1.1 Taxa Média de Crescimento Populacional (1991-2000).....	09
3.1.2 Densidade Demográfica.....	10
3.1.3 Contingente de pessoas que realizam movimento pendular.....	10
3.1.4 Proporção de pessoas que realizam movimento pendular.....	10
3.1.5 Proporção de emprego não-agrícola.....	11
3.2 CONTEXTO NACIONAL.....	11
3.3 CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O IBGE.....	12
4 RMC E VALE DO RIBEIRA PARANAENSE.....	14
4.1 O NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E A PARTICIPAÇÃO NO VAF.....	14
4.2 A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO DA RMC E DO VALE DO RIBEIRA.....	22
4.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA RMC.....	27
4.4 AS PRINCIPAIS CULTURAS DA RMC.....	32
5 BOCAIÚVA DO SUL.....	39
5.1 PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA RIQUEZA DO ESTADO.....	39
5.2 O MERCADO DE TRABALHO.....	41
5.3 PRINCIPAIS CULTURAS BOCAIUVENSES.....	44
5.4 POPULAÇÃO.....	46
6 ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE BOCAIÚVA DO SUL.....	52
6.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....	52
6.2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	53
6.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E EDUCAÇÃO - CAPACITAÇÃO E APRENDIZAGEM PARA A INICIATIVA.....	55
6.4 ESPECIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	55
6.5 INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO E PERMANÊNCIA LOCAL.....	56
6.6 MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA.....	57
7 CONCLUSÃO.....	58
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo entender as condições de atraso relativas dos índices de desenvolvimento do município de Bocaiúva do Sul, que está inserido no Vale do Ribeira paranaense, uma das regiões mais pobres do Paraná, com índices de desenvolvimento humano municipal abaixo da média do Estado.

Bocaiúva do Sul situa-se a apenas 30 km. da capital paranaense, é predominantemente rural, tendo sua economia baseada na agricultura de subsistência.

A estrutura do trabalho foi pensada da seguinte forma: no capítulo 2 são apresentadas as conceituações de alguns autores sobre a economia regional, salientando a teoria dos lugares centrais, e a noção de espaço e região, para entender o comportamento do município de estudo.

Para que possamos compreender a metodologia utilizada pelo IPARDES na divisão dos municípios em diversas espacialidades, o capítulo 3 apresenta alguns conceitos sobre o assunto.

No capítulo 4, é realizada uma análise socioeconômica da RMC e do Vale do Ribeira com ênfase no município de Bocaiúva do Sul.

O capítulo 5 trata mais especificamente da dinâmica socioeconômica do município explorando informações sobre as principais culturas, indicadores de desenvolvimento, etc.

Por fim, no capítulo 6 são propostas algumas alternativas para o desenvolvimento do município, políticas que visam impulsionar o desenvolvimento econômico do município, assim como sua infra-estrutura e melhorar as condições de vida da população.

2 A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as bases teóricas utilizadas nesse trabalho, com a finalidade de entender como se comporta teoricamente o município objeto desse estudo.

A teoria dos lugares centrais, que foi desenvolvida por Christaller e refinada por Lössch, é utilizada para prever o número, tamanho e âmbito das cidades numa região. A teoria baseia-se numa simples extensão da análise de áreas de mercado. As áreas de mercado variam de setor para setor, dependendo de economias de escala e da procura per capita, de modo a que cada setor tenha um padrão de localização diferente. A teoria dos lugares centrais mostra como os padrões de localização de diferentes setores se conjugam para formar um sistema regional de cidades. (O' Sullivan, A 2000).

O modelo de Christaller fundamenta-se na idéia de centralidade e de hierarquia urbana na formação das áreas de mercado. O autor explicou seu modelo utilizando figuras hexagonais que se referem a dois conceitos:

- Limiar de Procura: mínimo de procura que justifica a existência de oferta do bem num dado local, isto é, garante a viabilidade da oferta;
- Alcance do Bem: distância e custo máximo que o comprador está disposto a percorrer/suportar para adquirir ou utilizar o bem → limite crítico do lado da procura.

O lugar central é um aglomerado populacional que exerce determinado tipo de funções. A importância de um lugar central depende do tipo de bens e serviços oferecidos nesse lugar.

2.1 PRESSUPOSTOS DO MODELO DE CHRISTALLER

- População distribuída no espaço de forma homogênea, sendo o espaço isotrópico, ou seja, a distância entre duas quaisquer localizações contíguas são iguais.
- Oferta dos equipamentos terciários localizada num sistema de lugares centrais (pontos no espaço).

- Procura dos bens dos pontos por parte da população que neles vive e pela região complementar.
- Bens e serviços de importância variável de acordo com a frequência com que são necessários (bem procurado com pouca frequência será de ordem elevada).
- Ordem dos bens e serviços oferecidos num centro associada à ordem de importância do centro.
- Um centro desempenhando funções de ordem superior desempenha também as de ordem inferior.

2.2 CARACTERÍSTICAS DE UMA HIERARQUIA URBANA CONSTRUÍDA SEGUNDO O MODELO DE CHRISTALLER:

- Hierarquia dos centros depende da hierarquia das suas funções oferta de bens e serviços;
- A cada nível da hierarquia corresponde um conjunto de bens e serviços que lhe são próprios (isto é, só aparecem nesse nível da hierarquia ou acima, pois tem limiares de procura que não podem ser oferecidos em centros de menor dimensão);
- Entre os centros há relações de troca descendentes: fluxos estruturados (um centro vende bens e serviços aos centros de ordem inferior contidos na sua área de influência, mas não aos de mesma ordem ou superior).
- O sistema urbano assume uma configuração hexagonal, na qual podemos distinguir três tipos de comportamentos correspondentes a três princípios:
 - a) **Princípio de Mercado:** minimização do número de centros de uma determinada ordem subordinados a um centro de ordem superior.
 - b) **Princípio de Tráfego:** minimização das distâncias ao longo de percursos retilíneos, logo minimização das distâncias.
 - c) **Princípio Administrativo:** a região complementar de um centro de uma dada ordem deverá pertencer totalmente (ou o máximo possível) a apenas um centro de ordem superior.

2.3 CRESCIMENTO URBANO – A TEORIA DO LUGAR CENTRAL

Segundo RICHARDSON (1975), a Teoria do Lugar Central é a teoria mais amplamente difundida sobre o crescimento urbano. Segundo ela o crescimento da cidade depende de sua especialização em vários tipos de serviços urbanos, ao passo que o nível da demanda de serviços urbanos sobre a área atendida determina o ritmo de crescimento dos lugares centrais. Mais ainda, é uma teoria geral no sentido de que não somente explica o crescimento dentro de uma cidade individualizada como também a distribuição espacial dos centros urbanos na economia regional e nacional.

A respeito das principais funções da cidade, RICHARDSON (1975, p.161 e 162) diz:

A função primordial da cidade é atuar como centro de serviços para o interior imediatamente próximo a ela (denominado região complementar), fornecendo bens e serviços centrais. As cidades e vilas crescem porque o desenvolvimento econômico e o aumento da renda levam a uma expansão mais do que proporcional na demanda de bens e serviços centrais e, portanto, da renda líquida recebida pelos habitantes das cidades empregados em seu fornecimento.

2.4 CRESCIMENTO REGIONAL

Para RICHARDSON (1975), uma possível abordagem à teoria do crescimento regional consiste em utilizar modelos originalmente desenvolvidos para economias nacionais, adaptando-os a um contexto regional. Entretanto, as deficiências desses modelos são pelo menos tão sérias para o estudo das regiões quanto o são para as nações. No que diz respeito a uma região isolada, as condições para o crescimento equilibrado são menos restritivas do que no caso nacional, pois nesse caso os movimentos de fatores podem desempenhar um papel equilibrador tanto nos modelos do tipo Harrod-Domar como nos neoclássicos se a taxa interna de

crescimento da população e/ou a relação renda – poupança interna apresenta dimensões inadequadas para a manutenção do equilíbrio.

2.5 NOÇÃO DE ESPAÇO E REGIÃO

2.5.1 Noção de Espaço

A região é um espaço contíguo, enquanto que o espaço econômico pode apresentar descontinuidades. Souza (1981) faz a seguinte definição de espaço:

O espaço pode ser geográfico, matemático e econômico. O espaço geográfico é a noção banal de espaço, que diz respeito ao solo, relevo, clima, vegetação e atmosfera. O espaço matemático é o lugar abstrato das relações entre variáveis independentes, fora de qualquer representação geográfica. Tem-se como exemplo a superfície de produção de uma firma, as curvas de indiferença do consumidor. O espaço econômico corresponde à ampliação do espaço matemático ao espaço geográfico. É o espaço das atividades econômicas e dos lugares geográficos.

2.5.2 Noção de Região

A região, do ponto de vista geográfico, é uma entidade natural e humana elementar, do ponto de vista sociológico é um conjunto de traços culturais semelhantes. Do ponto de vista econômico, existem várias definições, a saber:

- Região Homogênea: de acordo com Souza (1981), as unidades espaciais são reunidas quando mostram características tão uniformes quanto possíveis. As características de homogeneidade podem ser estruturas de produção e de consumo semelhantes, uniformidade da renda *per capita*, espécie de recursos naturais existentes, tipo predominante de agricultura, topografia, clima e traços culturais semelhantes.
- Região Polarizada: em função da heterogeneidade, a ênfase é colocada na dependência ou interdependência dos diferentes componentes dentro da região. Se uma cidade possuir um grau maior de relações com o centro dominante de uma região vizinha do que com o centro que polariza a região em questão, ela será incluída na outra região.

- Região de Planejamento: é definida em termos de coerência e unidade do processo decisório, constitui uma unidade no sentido dos instrumentos políticos e tributários.

3 METODOLOGIA

Segundo Delgado (2004), “o dinamismo do centro principal dá origem ao crescimento do perímetro urbano, englobando por vezes outros centros urbanos já existentes, além de originar novos, configurando assim, uma aglomeração urbana. Assim, a composição de uma escala hierárquica dos espaços urbanos brasileiros é fundamental para a identificação dos espaços efetivamente metropolitanos”.

Para um melhor entendimento conceitual do tema, Delgado define:

Espaços Urbanos: conjuntos representativos da “concentração espacial do fenômeno urbano, e definidos pela continuidade e extensão do espaço construído. Implicam no papel que desempenham no conjunto do sistema urbano, isto é, suas articulações externas, e incorporam, implícita ou explicitamente, a noção de rede e de hierarquia urbana.” Não se limitam às aglomerações, genericamente definidas pela conjunção de municípios vizinhos, mas abrangem municípios populosos e que representem nós de importância na rede urbana. Neste sentido permitem abordar realidades distintas, como as áreas metropolitanas, e as aglomerações de caráter não-metropolitano.

Aglomeração Urbana: corresponde a uma mancha contínua de ocupação constituída por mais de uma unidade municipal, envolvendo intensos fluxos intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional, agregadas por integração socioeconômica decorrente de especialização, complementação e/ou suplementação funcional. Pode ser derivada de periferação de um centro principal por sobre municípios vizinhos; da conurbação entre núcleos de tamanho equivalente ou não, mesmo sem periferia, polarizada por estes centros urbanos; da incorporação de municípios próximos, independentemente de continuidade de mancha, desde que mantenham relações intensas; ou ainda resultante do “sítio geográfico (cidades geminadas)”. Pode ter caráter metropolitano ou não-metropolitano.

Metrópole: “Organismo urbano onde existe uma complexidade de funções capazes de atender a todas as formas de necessidade da população urbana nacional ou regional”. Corresponde à cidade principal de uma região, aos nós de comando e coordenação de uma rede urbana que não só se destacam pelo tamanho populacional e econômico, como também pelo desempenho de funções complexas e

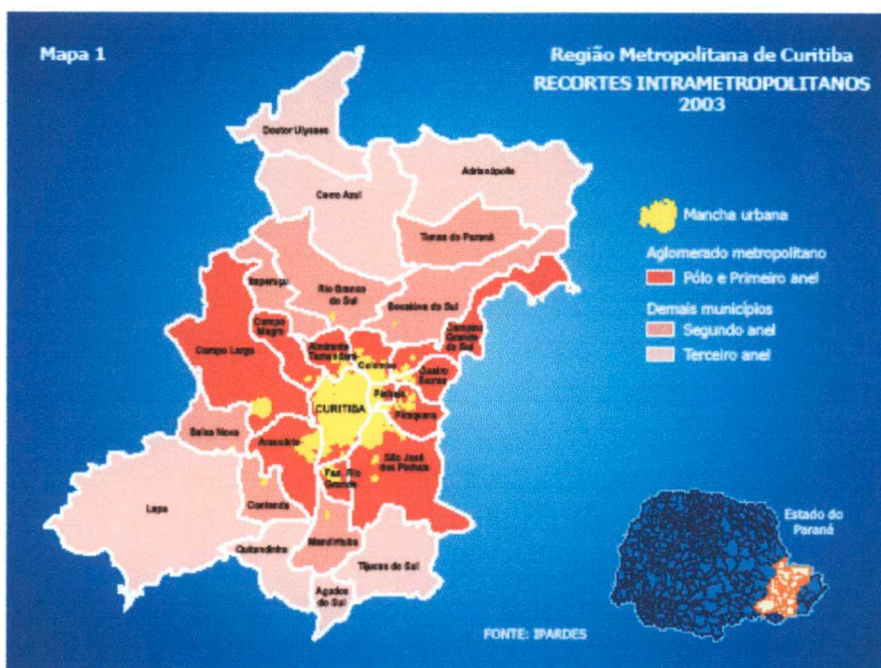
diversificadas (multifuncionalidade), e que estabelecem relações econômicas com várias outras aglomerações.

Aglomeração Metropolitana: corresponde à mancha de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada por uma metrópole, onde se realizam as maiores intensidades de fluxos e as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios fortemente integrados ou considerando parcialmente ou inteiramente área de um único município. A densificação de atividades e populações acontece nas áreas metropolitanas.

3.1 MUNICÍPIOS INTEGRADOS À DINÂMICA DA AGLOMERAÇÃO

Uma tipologia identificando os municípios das várias unidades segundo o nível de integração na dinâmica do aglomerado foi elaborada, para que fosse possível compreender a espacialidade do fenômeno urbano-metropolitano das unidades em análise.

Algumas unidades são compostas por dois conjuntos de municípios, os mais fortemente integrados, situados, em geral ao redor do pólo metropolitano e aqueles com níveis mais fracos de integração a essa dinâmica, trazendo para a unidade institucionalizada municípios praticamente à margem dos processos pecuniários do fenômeno urbano do aglomerado. Verificamos essa tipologia no mapa abaixo:



Para classificar os municípios segundo o nível de integração à dinâmica do aglomerado foram selecionados variáveis que oferecem indicativos do ritmo de crescimento da população, concentração populacional, integração dos diversos municípios entre si e, em particular, com o pólo, e o perfil da ocupação dos trabalhadores. Assim, temos os seguintes indicadores:

3.1.1 Taxa Média de Crescimento Populacional (1991-2000)

A respeito desse assunto Delgado diz:

Municípios com crescimento elevado situam-se quase sempre próximos ao pólo, permitindo delinear o espaço de maior densidade da aglomeração, onde se instalam moradias, indústrias, comércios, serviços, enfim, atividades e populações que giram em torno desse pólo. Assim, o crescimento da população é um dos elementos reveladores da integração do município à dinâmica da aglomeração, seja pelo desempenho de uma atratividade, quando o município exerce atividade econômica absorvedora de mão-de-obra, seja quando realiza a função de “dormitório”, dada a lógica do mercado de terras. Altas taxas de crescimento refletem, ao mesmo tempo, um fortalecimento da posição do município no conjunto e o incremento de demandas, nem sempre compatíveis com a

capacidade financeira municipal de resposta, criando, neste caso, os espaços carentes das aglomerações.

3.1.2 Densidade Demográfica

Segundo Delgado (p.27, citado por Castello Branco 2003), alta densidade demográfica é uma condição que expressa a extensão dos espaços efetivamente urbanizados, servindo como uma proxy da mancha urbana da aglomeração, além de indicar o provável lócus da diversidade dos fluxos e funções que integram a vida urbana.

3.1.3 Contingente de pessoas que realizam movimento pendular

Uma das características dos municípios de aglomerações é a presença de mobilidade diária da população, pela dissociação entre local de moradia e local de trabalho, dada a concentração de oportunidades de trabalho, em geral, em município (ou conjunto deles) de maior porte e a própria distribuição de funções, internamente à aglomeração. A utilização do indicador de movimento pendular permite medir o contingente de população que se desloca para município diferente do de residência para trabalhar e/ou estudar. Quanto maior a troca entre os municípios, maior é a articulação dos mesmos na dinâmica da aglomeração. Geralmente, a maior concentração de fluxos no interior da aglomeração se dá naqueles municípios que exercem a função de “dormitório” e/ou são áreas de expansão recente. Tais deslocamentos rumam em especial em direção aos pólos. (Delgado, p.28).

3.1.4 Proporção de pessoas que realizam movimento pendular

As maiores proporções de movimentos de partida indicam baixa capacidade interna de absorção de mão-de-obra ou de oferta de serviços educacionais compatíveis com as necessidades da população. Esses municípios realizam importante função na dinâmica da aglomeração enquanto “dormitórios”. Municípios com maior dinamismo econômico geralmente apresentam baixa proporção de deslocamentos.

3.1.5 Proporção de emprego não-agrícola

As aglomerações urbanas associam-se preponderantemente a atividades ligadas aos setores da indústria, comércio e serviços. No caso de áreas abastecedoras das demandas hortifrutigranjeiras das aglomerações, temos as mais dinâmicas, desenvolvidas sob uso de técnicas intensivas, com alta produtividade, ou municípios com tênue integração na dinâmica urbana do aglomerado, mantendo níveis baixos de trocas efetivas com os demais municípios.

Quando a maioria dos moradores exerce atividade urbana, mesmo que a maior parcela da população do município situe-se em áreas tidas como rurais, o que se revela são relações urbanas, servindo como medida adequada ao efetivo grau de urbanização do município. Quanto maior a proporção de pessoas não envolvidas em atividade agrícola, maior o segmento urbano do município.

3.2 CONTEXTO NACIONAL

Os municípios foram classificados de acordo com o seu nível de integração na dinâmica da aglomeração.

No grupo 1, com nível muito baixo de integração na dinâmica da aglomeração, estão 81 municípios que possuem um grande distanciamento do pólo tanto em termos físicos como em sua relação com o fato urbano do aglomerado.

Em geral são municípios com características marcadamente rurais, nos quais predominam, em 2000, volume populacional e grau de urbanização muito baixo – em mais de 60% deles o grau de urbanização não ultrapassa 50% e 1/3 possui menos de 5 mil habitantes. Em aproximadamente 40% dos municípios há predomínio da ocupação agrícola, com as atividades urbanas correspondendo a menos de 50% da ocupação total. Em outros 30%, o trabalho não-agrícola não ultrapassa o patamar de 60% do total.

Um baixo dinamismo desses municípios é percebido ao se analisar suas taxas de crescimento populacional. Mais de 80% deles apresentam evasão de população, dos quais 31% registram crescimento negativo, ou seja, redução do volume populacional entre 1991 a 2000, e outros 52% crescem abaixo do vegetativo (entre zero e 1,5% ao ano), indicando saída de população.

Outra característica do distanciamento que estes municípios possuem em relação ao fato urbano do aglomerado é o pequeno volume de população que realiza movimento pendular. Em mais da metade deles esse volume está abaixo de 200 pessoas, bem como em mais da metade a proporção de pessoas nessa condição não ultrapassa 5%.

Segundo estudo realizado pelo IPARDES (VÁRIOS PARANÁS, 2006), os municípios da RMC são divididos em quatro grupos: 1) Primeiro Espaço Relevante; 2) Segundo Espaço Relevante; 3) Terceiro Espaço Relevante; 4) Espacialidades Socialmente Críticas. Os três primeiros grupos são municípios de relevância econômica e social. O quarto grupo, que é o que nos interessa para o presente trabalho, são municípios sem indicadores econômicos de relevância, densidade ou concentração e com nítida precariedade social. Somadas à limitação física, barreiras políticas também se colocam como obstáculos à inserção dessas áreas na divisão social do trabalho.

3.3 CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO O IBGE

De acordo com o IBGE (2008), Curitiba reúne 8,8% da população do país e 9,9% do PIB nacional, e o *PIB per capita* da cidade revela menor desigualdade de renda, ainda que o do centro seja superior ao do restante da rede.

A atualização das Regiões de influência das Cidades retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos realizados pelo IBGE, que resultaram na Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, de 1972, ou seja, estabelece inicialmente uma classificação dos centros e, a seguir, delimita suas áreas de atuação. Na atual versão, privilegiou-se a função de gestão do território, considerando que “centro de gestão do território” [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas (CORRÊA, 1995, citado em IBGE, 2008).

Com a utilização de informações secundárias e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas, é possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica. Além disso, tanto para qualificar melhor a centralidade dos núcleos identificados, quanto para garantir a inclusão de

centros especializados possivelmente não selecionados por aquele critério, foram realizados estudos complementares (também com base em dados secundários), enfocando diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta, e transporte aéreo. Ao final, foram identificados, e hierarquizados, os núcleos de gestão do território (IBGE, 2008).

Em uma etapa posterior, foram investigadas ligações entre cidades, delineando as áreas de influência dos centros deixando visível a articulação da rede no território. A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, utilizando elementos como a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro.

Ao final da etapa anterior, juntamente com as redes, definiu-se o conjunto de centros urbanos, as 802 cidades que têm outras cidades em sua área de influência, evidenciando aquilo que os estudos anteriores definiram como centralidade extramunicipal. O primeiro elemento considerado para estabelecer a hierarquia dos 802 centros urbanos identificados é a classificação dos centros de gestão do território. Uma vez delimitadas as regiões de influência dos diversos centros, dois critérios principais foram adotados para rever e complementar aquela hierarquia inicial: a dimensão da região de influência, em termos da população residente nos municípios para os quais o centro representa o foco, e a intensidade de relacionamento, indicada pela frequência de menções ao centro, no questionário, como destino para os municípios (IBGE, 2008).

4 RMC E VALE DO RIBEIRA PARANAENSE

4.1 O NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E A PARTICIPAÇÃO NO VAF

O município de Bocaiúva do Sul, juntamente com outros seis municípios compõe o Vale do Ribeira Paranaense. O nível de integração do município na dinâmica metropolitana é muito baixo, ou seja, não desempenha funções relevantes.

QUADRO 1: NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

MUNICÍPIO	NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	NÍVEL DE INTEGRAÇÃO
Curitiba	Pólo	Quatro Barras	Médio
Almirante Tamandaré	Muito Alto	Balsa Nova	Baixo
Colombo	Muito Alto	Rio Branco do Sul	Baixo
Fazenda Rio Grande	Muito Alto	Adrianópolis	Muito Baixo
Pinhais	Muito Alto	Agudos do Sul	Muito Baixo
São José dos Pinhais	Muito Alto	Bocaiúva do Sul	Muito Baixo
Araucária	Alto	Cerro Azul	Muito Baixo
Piraquara	Alto	Contenda	Muito Baixo
Campinha Grande do Sul	Médio	Doutor Ulysses	Muito Baixo
Campo Largo	Médio	Lapa	Muito Baixo
Campo Magro	Médio	Quitandinha	Muito Baixo
Itaperuçu	Médio	Tijucas do Sul	Muito Baixo
Mandirituba	Médio	Tunas do Paraná	Muito Baixo

FONTE: IPARDES (2004).

O IparDES estabelece recortes a partir de classificações com referência no grau de inserção dos municípios na dinâmica metropolitana. Tais classificações sintetizadas na figura de anéis concêntricos foram compostas com o objetivo de identificar distintas relações entre os municípios oficialmente inseridos no território político-administrativo da RMC (Região Metropolitana de Curitiba).

De acordo com o quadro 2 abaixo, o município de Bocaiúva do Sul faz parte do Segundo Anel Concêntrico, que em 2000 concentrava 3,6% da população da RMC e composto por municípios limítrofes ao aglomerado, mas que descrevem continuidade de ocupação e apenas estabelecem relações tênues com o pólo e os demais municípios do aglomerado.

QUADRO 2: MUNICÍPIOS DA RMC E A CLASSIFICAÇÃO DO ANEL CONCÊNTRICO EM RELAÇÃO AO PÓLO

MUNICÍPIO	ANEL CONCÊNTRICO	MUNICÍPIO	ANEL CONCÊNTRICO
Curitiba	Pólo	Contenda	2º Anel Concêntrico
Almirante Tamandaré	1º Anel Concêntrico	Itaperuçu	2º Anel Concêntrico
Araucária	1º Anel Concêntrico	Mandirituba	2º Anel Concêntrico
Campinha Grande do Sul	1º Anel Concêntrico	Rio Branco do Sul	2º Anel Concêntrico
Campo Largo	1º Anel Concêntrico	Tunas do Paraná	2º Anel Concêntrico
Campo Magro	1º Anel Concêntrico	Bocaiúva do Sul	2º Anel Concêntrico
Colombo	1º Anel Concêntrico	Adrianópolis	3º Anel Concêntrico
Fazenda Rio Grande	1º Anel Concêntrico	Agudos do Sul	3º Anel Concêntrico
Pinhais	1º Anel Concêntrico	Cerro Azul	3º Anel Concêntrico
São José dos Pinhais	1º Anel Concêntrico	Doutor Ulysses	3º Anel Concêntrico
Piraquara	1º Anel Concêntrico	Lapa	3º Anel Concêntrico
Quatro Barras	1º Anel Concêntrico	Quitandinha	3º Anel Concêntrico
Balsa Nova	2º Anel Concêntrico	Tijucas do Sul	3º Anel Concêntrico

FONTE IPARDES (2004).

Com o aumento da industrialização, a partir dos anos 70, a RMC começa a participar de forma mais ativa na renda da economia estadual, e com isso verificando-se um aumento no VAF, considerando-se os níveis de integração, como pode ser visto na tabela 1 abaixo.

TABELA 1: PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO, NO VALOR ADICIONADO FISCAL TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2003

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	VALOR AGREGADO FISCAL TOTAL						
	1975	1980	1985	1989	1996	2000	2003
Pólo (Curitiba)	13,4	15,7	15,6	23,2	25,6	19,8	26,6
Muito Alto	0,9	1,47	1,4	3	4,6	8,7	9,1
Alto	0,4	13,3	13,3	7,2	6,8	11	13,4
Médio	0,7	1,3	1,3	1,8	1,4	1,6	2
Baixo	0,9	0,9	0,9	1,1	0,9	1,2	1,4
Muito Baixo	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
TOTAL	17	33,4	33,4	37	40	43	53,2

FONTE: SEFA, apud IPARDES (2006B, P. 31)

O Valor Agregado Fiscal (VAF) revela em quais municípios da RMC se concentram os setores mais produtivos, promotores de um produto com valor agregado superior, capazes de impulsionar a dinâmica econômica regional.

Com a mudança no perfil industrial paranaense, fortemente centradas em Curitiba, a RMC passou a apresentar participação crescente na renda da economia do Estado. Em 2000, a RMC respondia por 43,04 % do VAF do Paraná, e mais da metade dessa renda era gerada por Curitiba, que se destaca como o pólo industrial e de serviços do Estado.

Considerando as distintas espacialidades que caracterizam a Região Metropolitana, percebemos que poucos municípios se inseriram nesse processo. A expansão de Curitiba envolveu alguns dos demais municípios da RMC, dentre eles, os mais beneficiados foram os que compõem o aglomerado metropolitano (primeiro anel) que tiveram um incremento na participação do VAF do Estado de 2,09%, em 1975, para 21,23%, em 2000.

A tabela 2 demonstra a evolução da VAF do período de 1975 a 2000 numa periodicidade de cinco anos, conforme a divisão dos anéis concêntricos ao redor do pólo. É possível perceber que o 2º Anel Concêntrico, do qual faz parte o município de Bocaiúva do Sul, teve uma variação percentual do VAF muito inexpressiva no período considerado.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ – RMC DE 1975 – 2000

ÁREA	% DO VAF TOTAL						
	1975	1980	1983	1985	1989	1996	2000
Aglomerado							
Metropolitano	15,5	31,9	34,2	27,5	35,3	38,3	41,1
Curitiba	13,4	15,7	18,0	15,6	23,2	25,6	19,8
Primeiro Anel	2,0	16,1	16,1	11,9	12,0	12,6	21,2
Segundo Anel	1,1	1,1	1,1	1,0	1,3	1,3	1,5
Terceiro Anel	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
TOTAL RMC	17,0	33,4	35,7	29,1	37,0	40,0	43,0

FONTE: SEFA, apud IPARDES (2004, p. 09).

De acordo com a tabela 3, Bocaiúva do Sul, assim como os demais municípios do Vale do Ribeira, possui uma participação muito pequena no PIB total do Estado.

TABELA 3: PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO, NO PIB TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – RMC 2003

MUNICÍPIO SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	PIB		
	2002		Variação Real Média
	Absoluto	%	1999 – 2002 (%)
Curitiba	14.002.817	48,89	-4,2
Almirante Tamandaré	417.333	1,46	8,18
Colombo	814.449	2,84	-0,82
Fazenda Rio Grande	229.946	0,8	5,53
Pinhais	954.679	3,33	4,03
São José dos Pinhais	4.588.296	16,02	9,16
Total (Integração Muito Alta)	7.004.703	24,46	
Araucária	4.607.689	16,09	10,34
Piraquara	250.255	0,87	1,93
Total (Integração Alta)	4.857.944	16,96	
Campina Grande do Sul	182.526	0,64	-0,71
Campo Largo	732.585	2,56	-2,67
Campo Magro	88.618	0,31	-7,47
Itaperuçu	63.794	0,22	-3,85
Mandirituba	173.117	0,6	4,42
Quatro Barras	234.661	0,82	7,3
Total (Integração Média)	1.475.301	5,15	
Balsa Nova	153.871	0,54	3,42
Rio Branco do Sul	328.931	1,15	6,27
Total (Integração Baixa)	482.802	1,69	
Adrianópolis	26.611	0,09	0,89
Agudos do Sul	36.591	0,13	14,56
Bocaiúva do Sul	39.346	0,14	1,1
Cerro Azul	75.801	0,26	-11,04
Contenda	71.618	0,25	8,59
Doutor Ulysses	33.151	0,12	-11,99
Lapa	348.221	1,22	4,33
Quitandinha	94.149	0,33	2,46
Tijucas do Sul	77.437	0,27	19,33
Tunas do Paraná	12.231	0,04	7,21
Total (Integração Muito Baixa)	815.156	2,85	-----
Soma dos Totais	26.638.724	100	0,8

FONTÉ: IBGE (2003), apud IPARDES (2004)

Segundo o IPARDES (2003), os municípios do Vale do Ribeira têm no setor primário e terciário, a distribuição do produto interno bruto da região, sendo ela, portanto, preponderante na geração da riqueza regional.

Embora a RMC tenha forte peso na atividade industrial, em se tratando da geração de empregos, o Setor Terciário da economia, em relação à indústria, tem o triplo de ocupações. No Terciário, a participação mais relevante é do Setor Serviços, que tem apresentado maior capacidade de geração de postos de trabalho, quer pela forte representação do poder público, quer pelo setor privado, no atendimento às crescentes demandas do consumidor individual, familiar e empresarial. O incremento na oferta de postos de trabalho nesse Setor acompanha o desenho de distribuição do VAF, com a maior inserção desses postos em Curitiba (IPARDES, 2004).

A tabela 4 abaixo mostra a participação do PIB setorial dos municípios do Vale do Ribeira, além de revelar a participação no PIB estadual no ano de 1999:

TABELA 4: PRODUTO INTERNO BRUTO (A PREÇO DE MERCADO), DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 1999.

MUNICÍPIO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	PIB (A PREÇO DE MERCADO)	PARTICIPAÇÃO NO PIB TOTAL	PIB <i>PER CAPITA</i>
Adrianópolis	24,1	17,4	53,9	26.667.504	0,04	3.161,17
Bocaiúva do Sul	29,1	15,5	47,8	32.013.058	0,05	4.280,16
Cerro Azul	41,5	13,6	41	84.917.167	0,14	4.954,23
Doutor Ulysses	50,1	10,5	35,7	39.351.958	0,06	7.464,39
Itaperuçu	10,4	33,5	51,6	78.106.354	0,13	6.557,56
Rio Branco do Sul	2,5	69	24	559.037.569	0,9	17.561,67
Tunas do Paraná	31,3	17,1	47	15.895.959	0,03	5.606,10
TOTAL DO PARANÁ	13,2	38,3	44	62.290.113.786	100	6.643,86

FONTE: IPARDES (2004b).

Ao longo da década passada, as economias paranaense e da Região Metropolitana de Curitiba sofreram ajustes em suas estruturas produtivas, caracterizados por reorganização de processos, aumento dos níveis de eficiência e de qualidade das empresas, além do redimensionamento de capacidade instalada em diversos ramos industriais (NOJIMA, 2002, citado em IPARDES, 2004).

A tabela 5 mostra quais são as principais atividades do setor industrial que estão inseridas na RMC, segundo a composição do VAF. Dos municípios do Vale do Ribeira, apenas Rio Branco do Sul dispõe de informações sobre intenções de investimento, o que demonstra o desinteresse por parte das grandes empresas pela região, por ser uma área carente em infra-estrutura e mão-de-obra qualificada.

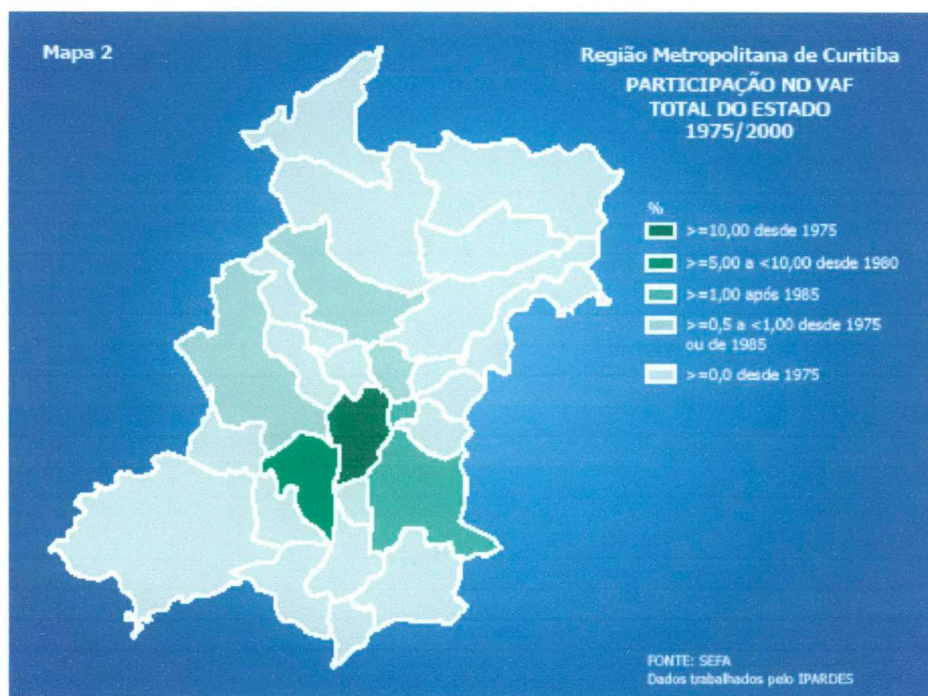
TABELA 5: COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA – SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS – RMC 1990/2001

GÊNERO	% VAF DO GÊNERO				
	1990	1995	1998	2000	2001
Extração de Minerais	0,8	0,8	0,9	0,6	0,0
Transformação de Minerais Não-Metálicos	8,7	6,8	7,3	6,3	5,6
Metalurgia	3,8	2,9	3,3	2,7	2,4
Mecânica	9,4	10,0	8,6	4,9	5,7
Material Elétrico e de Comunicações	8,6	13,5	8,4	7,9	8,5
Material de Transportes	11,4	13,7	14,9	17,1	19,0
Madeira	2,0	3,7	3,4	3,2	2,7
Mobiliário	2,00	1,0	1,0	1,1	1,0
Papel e Papelão	2,9	2,5	1,6	1,5	1,2
Borracha	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0
Couro, Peles, Sapatos e Artefatos Couro	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1
Química	26,6	22,9	29,3	38,0	38,4
Farmacêutico e Veterinário	0,3	0,4	0,8	0,6	0,7
Perfumaria, Sabões e Velas	0,4	1,2	0,9	1,8	1,8
Produtos de Matéria Plástica	2,5	3,2	3,6	3,4	3,2
Têxtil	0,7	0,4	0,3	0,3	0,3
Vestuário e Artefatos de Tecidos	0,8	0,5	0,4	0,5	0,6
Produtos Alimentares	6,1	5,1	4,5	3,6	3,0
Bebidas	4,0	5,1	2,8	2,4	2,4
Fumo	4,9	2,3	3,9	0,0	0,3
Editora e Gráfica	0,9	2,2	2,1	1,1	1,1
Diversas	2,7	1,5	1,9	2,9	2,2
TOTAL DA RMC	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEPA, apud IPARDES (2004b)

Setorialmente, a RMC concentrou, em 2000, 49,72% do VAF da indústria do Paraná; 46,18% do VAF do Comércio e 72,38% do VAF dos Serviços. Enquanto na indústria essa participação se manteve nos intervalos 1989/1996/2000, no comércio apresentou crescimento de 12,20 pontos percentuais e, nos serviços, de 34,31 pontos percentuais. Esse é o setor que revela, portanto, maior grau de concentração na economia do Estado. O pólo metropolitano teve, no período, redução da

participação no VAF da indústria, confirmando o padrão evidenciado nas demais metrópoles brasileiras, com notória queda entre 1996 e 2000, quando decresceu de 30,35% para 16,97%. Os setores urbanos Comércio e Serviços cresceram continuamente no período (IPARDES, 2004).



A tabela 6 abaixo, demonstra a contribuição de cada município da RMC, segundo níveis de integração no PIB total do Estado do Paraná, variável que se comporta de forma diretamente proporcional ao VAF do Estado.

TABELA 6: PARTICIPAÇÃO DO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO, NO PIB TOTAL DO ESTADO DO PARANÁ – RMC – 2003

MUNICÍPIO SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	PIB		PIB <i>per capita</i> 2002
	ABSOLUTO	%	
Curitiba	14.002.817	48,89	8.408
Almirante Tamandaré	417.333	1,46	4.254
Colombo	814.449	2,84	4.029
Fazenda Rio Grande	229.946	0,8	3.118
Pinhais	954.679	3,33	8.611
São José dos Pinhais	4.588.296	16,02	20.269
Muito Alto	7.004.703	24,46	
Araucária	4.607.689	16,96	44.477
Piraquara	250.255	0,87	2.951
Alto	4.857.944	16,96	
Campina Grande do Sul	182.526	0,64	4.688
Campo Largo	732.585	2,56	7.430
Campo Magro	88.618	0,31	3.889
Itaperuçu	63.794	0,22	2.925
Mandirituba	173.117	0,6	9.235
Quatro Barras	234.661	0,82	13.090
Médio	1.475.301	5,15	
Balsa Nova	153.871	0,54	14.736
Rio Branco do Sul	328.931	1,15	11.017
Baixo	482.802	1,69	
Adrianópolis	26.611	0,09	4.123
Agudos do Sul	36.591	0,13	4.847
Bocaiúva do Sul	39.346	0,14	4.180
Cerro Azul	75.801	0,26	4.613
Contenda	71.618	0,25	5.184
Dr. Ulysses	33.151	0,12	5.270
Lapa	348.221	1,22	8.024
Quitandinha	94.149	0,33	6.067
Tijucas do Sul	77.437	0,27	6.029
Tunas do Paraná	12.231	0,04	3.199
Muito Baixo	815.156	2,85	
TOTAL	28.638.724	100	9.676

FONTE: IPARDES (2004).

4.2 A ESTRUTURA DA POPULAÇÃO DA RMC E DO VALE DO RIBEIRA

A tabela 7 abaixo, nos mostra o grau de urbanização dos municípios da Mesorregião Metropolitana, na qual está inserida a maioria dos municípios da RMC.

TABELA 7: GRAU DE URBANIZAÇÃO – MESORREGIÃO DE CURITIBA – 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA 2000	GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000
Adrianópolis	1.613	23,0
Agudos do Sul	1.466	20,3
Almirante Tamandaré	84.755	96,0
Antonina	15.837	82,6
Araucária	86.111	91,4
Balsa Nova	3.186	31,4
Bocaiúva do Sul	3.562	39,4
Campina Grande do Sul	25.972	75,1
Campo do Tenente	3.451	54,5
Campo Largo	77.223	83,2
Campo Magro	2.501	12,3
Cerro Azul	3.916	23,9
Colombo	174.962	95,4
Contenda	6.320	47,7
Curitiba	1.587.315	100,0
Doutor Ulysses	701	11,7
Fazenda Rio Grande	59.196	94,1
Graraqueçaba	2.582	31,2
Guaratuba	23.156	85,0
Itaperuçu	16.234	83,9
Lapa	24.070	57,5
Mandirituba	5.268	35,7
Matinhos	24.000	99,2
Morretes	7.153	46,8
Paranaguá	122.347	96,1
Piên	2.883	29,4
Pinhais	100.726	97,8
Piraquara	33.829	46,4
Pontal do Paraná	14.149	98,8
Porto Amazonas	2.728	64,4
Quatro Barras	14.520	89,9
Quitandinha	3.046	19,9
Rio Branco do Sul	20.049	68,3
Rio Negro	22.460	78,2
São José dos Pinhais	183.366	89,7
Tijucas do Sul	1.846	15,1
Tunas do Paraná	1.421	39,4
Mesorregião Metropolitana	2.764.921	90,6
PARANÁ	7.786.084	81,4

FONTE: IPARDES (2004b).

Dos 26 municípios da RMC, 11 vêm apresentando crescimento da população superior à média do Estado desde 1970, e três desde 1980. Entre 1991 e 2000, os municípios com as mais elevadas taxas de crescimento populacional do Estado situavam-se nessa Região, com destaque para Almirante Tamandaré, Colombo e São José dos Pinhais, com taxas superiores a 5% a.a. nos três intervalos censitários, e Fazenda Rio Grande e Piraquara, com taxas próximas ou superiores a 10% a.a. no intervalo mais recente. Embora alguns municípios tenham apresentado taxas de crescimento negativas em determinados momentos do período, estas sempre se fizeram seguir por recuperação (IPARDES, 2004).

Como verificado na tabela 8 abaixo, o município de Bocaiúva do Sul apresenta um crescimento populacional pouco acelerado, tendo apresentado taxas negativas na década de 1981/90, apresentando uma leve recuperação na década seguinte.

TABELA 8: TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DA RMC – POR DÉCADAS A PARTIR DE 1970 A 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2000	TAXA DE CRESCIMENTO		
		POPULAÇÃO TOTAL		
		1970-1980	1981-1990	1991-2000
Adrianópolis	7.007	-0,39	-1,95	-2,69
Agudos do Sul	7.221	-0,44	1,43	1,96
Almirante Tamandaré	88.277	8,37	6,19	5,66
Antonina	19.174	-0,09	0,42	1,31
Araucária	94.258	7,35	5,37	4,83
Balsa Nova	10.153	1,18	3,25	3,43
Bocaiúva do Sul	9.050	1,26	-1,16	1,68
Campina Grande do Sul	34.566	2,19	6,38	6,73
Campo do Tenente	6.335	-1,31	2,81	2,15
Campo Largo	92.782	4,77	2,57	2,8
Campo Magro	20.409	-----	-----	5,99
Cerro Azul	16.352	0,86	0,47	0,18
Colombo	183.329	12,56	5,87	5,09
Contenda	13.241	0,45	1,54	4,5
Curitiba	1.587.315	5,34	2,29	2,13
Doutor Ulysses	6.003	-----	-----	2,12
Fazenda Rio Grande	62.877	-----	-----	10,91
Guaraqueçaba	8.288	0	0,14	0,74
Guaratuba	27.257	2,27	3,61	4,76
Itaperuçu	19.344	-----	-----	6,83
Lapa	41.838	0,87	1,25	0,46
Mandirituba	17.540	3,42	8,61	3,1
Matinhos	24.184	2,77	6,49	8,88
Morretes	15.275	1,13	-0,07	1,71
Paranaguá	127.339	2,78	2,51	2,51
Piên	9.798	1,13	2,36	2,67
Pinhais	102.985	-----	-----	3,55
Piraquara	72.886	12,76	3,84	9,89
Pontal do Paraná	14.323	-----	-----	11,18
Porto Amazonas	4.236	-0,01	1,91	1,91
Quatro Barras	16.161	3,45	5,23	5,52
Quitandinha	15.272	1,33	1,39	0,65
Rio Branco do Sul	29.341	2,37	1,71	0,7
Rio Negro	28.710	1,63	1,78	0,98
São José dos Pinhais	204.316	7,55	5,51	5,43
Tijucas do Sul	12.260	0,18	2,26	2,06
Tunas do Paraná	3.611	-----	-----	2,67
Mesorregião Metropolitana	3.053.313	4,95	2,84	3,13
PARANÁ	9.563.458	0,97	0,93	1,4

FONTE: IPARDES (2004).

Na tabela 9 abaixo, verificamos que a população total teve um crescimento expressivo de 1992 a 2000, já que de 2000 a 2005 o crescimento foi bem menor.

Como já foi mencionado, o município apresenta a maior parte de sua população no campo, a qual se dedica a produção de mercadorias com pouco valor agregado, já que a participação dos municípios do 2º anel no VAF é inferior a 0,2% do total produzido no Estado.

TABELA 9: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA – 1992 – 2005

MUNICÍPIO	ANO		
	1992	2000	2005
Adrinópolis	8.819	7.006	5.799
Bocaiúva do Sul	7.648	9.050	9.841
Cerro Azul	16.069	16.352	16.527
Doutor Ulysses	4.999	6.003	6.631
Itaperuçu	10.934	19.344	24.725
Rio Branco do Sul	28.014	29.341	30.469
Tunas do Paraná	2.817	3.611	4.076
TOTAL	79.300	90.708	98.068

FONTE: IBGE (2000) apud EMATER (2006).

Paralelamente a essa dinâmica, cresceu a população rural da maioria dos municípios da RMC, numa demonstração de reconversão de suas atividades ditada pelas oportunidades do mercado metropolitano, assim como da pressão por ocupações com características urbanas, em áreas ainda consideradas rurais por situarem-se fora do perímetro urbano dos municípios. Em 2000, a RMC concentrava 11,5% da população rural do Estado e apresenta essa população também em crescimento desde os anos de 1980 (IPARDES, 2004).

Os sete municípios da região compreendem 6.106,14 km², onde viviam, em 2000, 90.708 habitantes. Pelos dados da tabela abaixo, percebemos que, à exceção dos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, a população é predominantemente rural. Na década de 1990, apenas Adrianópolis evidenciou um ritmo de crescimento da população negativo, observando-se taxas positivas nos demais municípios da região. Em nível dos setores urbano e rural, no entanto, observa-se que o crescimento urbano tem sido elevado na maior parte da região, em contraposição à dinâmica rural, com taxas negativas ou próximas de zero. Com isso, a região tende, paulatinamente, a ampliar seu processo de urbanização, apresentando, em 2000, um grau de urbanização de 52,4% (IPARDES, 2003).

A tabela 10 refere-se à proporção da população ribeirinha que se divide entre rural e urbana, além de apresentar a densidade demográfica.

TABELA 10: POPULAÇÃO RESIDENTE NO VALE DO RIBEIRA – 2000

MUNICÍPIO	URBANA	RURAL	RURAL (%)	TOTAL	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB. KM ²)
Adrianópolis	1.613	5.394	77	7.007	4,5
Bocaiúva do Sul	3.562	5.488	61	9.050	13,2
Cerro Azul	3.916	12.436	76	16.352	11
Doutor Ulysses	701	5.302	88	6.003	7,9
Itaperuçu	16.234	3.110	16	19.344	69,7
Rio Branco do Sul	20.049	9.292	31	29.341	27,2
Tunas do Paraná	1.421	2.190	61	3.611	6
TOTAL DO VR	47.496	43.212	48	90.708	-----
TOTAL DO PARANÁ	7.786.084	1.777.374	19	9.563.458	-----

FONTE: FÓRUM DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VR, apud EMATER (2006).

A maior fonte de empregos no município de Bocaiúva do Sul é o setor de serviços, sendo que a grande maioria desses empregos está ligada ao setor público, ou seja, a Prefeitura Municipal. Sendo assim, o movimento pendular da população bocaiuvense é grande, seja por trabalhadores ou estudantes. Isto acontece pelo baixo número de empregos e pela falta de opção na continuidade dos estudos. A tabela 11 abaixo trata do movimento pendular na RMC.

TABELA 11: POPULAÇÃO RESIDENTE 15 ANOS E MAIS DE IDADE QUE TRABALHA OU ESTUDA E PESSOAS QUE REALIZAM MOVIMENTO PENDULAR, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS DE IDADE QUE TRABALHAM E/OU ESTUDAM		
	TOTAL	FORA DO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	DIRIGINDO-SE AO PÓLO METROPOLITANO
Pólo (Curitiba)	822.270	27.171	0
Muito Alto	289.428	115.473	104.324
Alto	72.550	25.103	19.377
Médio	87.900	22.245	17.331
Baixo	16.241	2.926	1.665
Muito Baixo	57.553	3.813	1.628
TOTAL	1.345.942	196.730	144.326

FONTE: IPARDES (2004b).

4.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA RMC

De acordo com a tabela 12 abaixo, as taxas mais elevadas de pobreza encontram-se entre os municípios com grau muito baixo de integração ao pólo, principalmente no tipo sócio-espaciais como o Vale do Ribeira.

TABELA 12: FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL *PER CAPITA*, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDIMENTO (EM SAL. MIN)				
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE ½ A 1	MAIS DE 1 A 3	ACIMA DE 3
Pólo (Curitiba)	495.243	42.620	70.991	181.593	200.039
Muito Alto	182.543	30.408	46.026	79.653	26.456
Alto	46.214	9.248	12.310	18.993	5.574
Médio	56.636	11.498	15.294	22.656	7.187
Baixo	11.189	3.261	3.597	3.305	1.026
Muito Baixo	36.987	13.532	10.685	9.620	3.150
TOTAL	828.722	110.568	158.902	315.820	243.431

FONTE: IBGE (2000) apud IPARDES (2004b).

Os municípios da região evidenciam índices de desenvolvimento humano (IDH-M) situados abaixo da média paranaense (0,786), e mesmo da média nacional (0,764). Estes baixos índices são especialmente afetados pelo fraco desempenho da renda da população em cada um desses municípios (IPARDES, 2003).

Diversos indicadores complementam esse quadro de insuficiente desenvolvimento humano na região em foco. Em termos gerais, esta abriga elevadas proporções de chefes de família com baixa escolaridade, baixos níveis de rendimento e expressivos índices de analfabetismo. Os níveis de expectativa de vida ao nascer situam-se em patamares próximos ou inferiores à média do Estado, enquanto os índices de desigualdade de renda superam, em muito, a média estadual (IPARDES, 2003).

De acordo com a tabela 13 abaixo, houve um declínio na mortalidade infantil desde a década de 70 e a longevidade aumentou.

O ministério da saúde avalia a mortalidade infantil a partir da classificação do coeficiente de mortalidade infantil em três níveis: baixo – até 20 óbitos/menores de 1ano/1000 nascidos vivos; regular – 20 a 30 óbitos e alto acima de 30 óbitos.

TABELA 13: INDICADORES DE LONGEVIDADE E MORTALIDADE – CURITIBA, RMC, PARANÁ E BRASIL – 1991/2000.

REGIÃO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER		MORTALIDADE ATÉ 1 ANO DE IDADE		PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ 60 ANOS DE IDADE	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Curitiba	68,7	71,5	30,1	20,9	77,2	87,5
Média da RMC	65,5	69,1	38,6	21,1	72,5	79,1
Média da RMC (exclui Curitiba)	65,4	69	39	21,2	72,3	78,7
Paraná	65,7	69,8	38,6	20,3	72,6	80,7
Brasil	64,7	68,6	44,6	30,5	70,9	77,6

FONTE: PNUD, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, apud IPARDES (2006b).

A educação pública ainda é uma das poucas áreas em que existe consenso sobre a necessidade de atuação direta do Estado com o objetivo de criar oportunidades iguais de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A tabela 14 abaixo, trata da questão do analfabetismo na RMC:

TABELA 14: PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS QUE NÃO SABEM LER, E SEM INSTRUÇÃO OU ATÉ 3 ANOS DE ESTUDO, TAXA DE ANALFABETISMO, E PESSOAS DE 18 ANOS E MAIS COM 11 ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – RMC – 2000

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS QUE NÃO SABEM LER	TAXA DE ANALFABETISMO (15 ANOS E MAIS)	PESSOAS 15 ANOS E MAIS		PESSOAS 18 ANOS E MAIS	
			SEM INSTRUÇÃO OU COM ATÉ 3 ANOS DE ESTUDO	% SOBRE O TOTAL DA IDADE	COM 11 E MAIS ANOS DE ESTUDO	% SOBRE O TOTAL DA IDADE
Pólo (Curitiba)	38.862	3,26	141.999	11,91	498.005	45,06
Muito Alto	28.246	6,44	92.524	21,09	79.286	19,78
Alto	7.275	6,42	24.852	21,94	16.814	16,29
Médio	10.960	7,93	35.575	25,74	21.686	17,18
Baixo	3.495	13,11	8.153	30,59	3.040	12,59
Muito Baixo	11.455	12,71	31.917	35,41	9.810	12,03
TOTAL	100.293	5,02	335.020	16,76	628.652	34,14

FONTE: PNUD (2000) apud IPARDES (2004b).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é calculado através das condições de Educação, Nível de Renda e Expectativa de Vida de uma população municipal. Os municípios classificados como alto desenvolvimento, possuem IDH-M igual ou superior a 0,800, em sua maioria, e são enquadrados em condição social muito boa ou boa. Aqueles considerados como de nível de desenvolvimento médio inferior possui IDH-M entre 0,500 e 0,649, apresentam condição social muito ruim ou ruim.

De acordo com a tabela 15, a classificação estadual do município de Bocaiúva do Sul é a de nº 273 e a classificação nacional 2.638.

TABELA 15: PANORAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – MUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – 2000

MUNICÍPIO	IDH-M		COMPONENTES DO IDH-M				RANKING ESTADUAL	TAXA DE POBREZA
	1991	2000	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (ANOS)	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO 15 ANOS E MAIS (%)	TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA (%)	RENDA PER CAPITA		
Adrianópolis	0,61	0,68	69,9	74,1	72,2	115,6	373	43,4
Agudos do Sul	0,63	0,71	67,2	87,1	71,5	153,99	290	38,9
Almirante Tamandaré	0,66	0,72	66,1	89,9	73,5	197,65	245	22,2
Antonina	0,68	0,77	73,7	88,6	76,1	196,8	90	33,9
Araucária	0,71	0,80	73,8	94,2	81,8	242,06	21	17,7
Balsa Nova	0,70	0,78	73,8	92,7	75,2	206,89	62	21,6
Bocaiúva do Sul	0,63	0,71	67,5	86,6	67,8	185,81	273	29
Campina Grande do Sul	0,69	0,76	70,7	92,2	72,1	212,54	122	21,4
Campo do Tenente	0,59	0,68	63,6	86,1	70,5	148,86	367	38,1
Campo Largo	0,71	0,77	69,2	93,3	77,6	267,31	74	15,9
Campo Magro	0,68	0,74	67,5	90,3	70,6	223,68	196	21,5
Cerro Azul	0,56	0,68	70,2	75,5	65,3	123,6	372	48,7
Colombo	0,69	0,76	69,3	92,8	75,5	236,16	106	17,3
Contenda	0,68	0,76	71,1	92,5	70,5	207,6	123	26,3
Curitiba	0,79	0,85	71,6	96,6	90,4	619,8	1	8,6
Doutor Ulysses	0,54	0,62	63,6	75,8	64,8	86	398	57,3
Fazenda Rio Grande	0,71	0,76	70,7	92,8	77,1	194,31	111	20,1
Guaraqueçaba	0,58	0,65	64,8	80,2	67,6	107,13	393	49,1
Guaratuba	0,67	0,62	67,6	92,1	77,1	274,3	107	21,9
Itaperuçu	0,60	0,76	66	84,2	57,7	133,4	382	35,6
Lapa	0,67	0,65	68	91,4	76	234,01	142	31,5
Mandirituba	0,68	0,76	70,9	89,8	71,4	229,3	127	26,6
Matinhos	0,72	0,67	71	94,2	79,7	286,5	33	18,5
Morretes	0,66	0,75	67,6	91,2	80,9	223,1	141	23,8
Paranaguá	0,71	0,76	68,2	94,1	81	305,3	60	19,1
Piên	0,66	0,73	68,9	93,5	70,9	214,3	151	28
Pinhais	0,72	0,81	74,3	94,2	82,4	292,9	14	14,2
Piraquara	0,70	0,78	67,5	91,4	74,8	206,6	164	23,2
Pontal do Paraná	0,67	0,77	71,4	92,9	79,2	269,09	43	20,2
Porto Amazonas	0,67	0,77	70,8	92,1	80,5	225,5	76	19,2
Quatro Barras	0,70	0,71	67,9	92,9	80,4	294,6	77	17,5
Quitandinha	0,61	0,70	66,7	88,5	70,5	164,4	283	41,5
Rio Branco do Sul	0,62	0,80	66	83,3	65,9	178,9	331	31,9
Rio Negro	0,71	0,79	73,3	94,9	77,9	268,7	23	19,2
São José dos Pinhais	0,72	0,79	70,9	94,3	79,3	311,29	26	14
Tijucas do Sul	0,64	0,71	66,9	86,7	72,2	170,91	278	32,2
Tunas do Paraná	0,58	0,68	71,1	71,9	64,7	136,68	371	35,4
Mesorregião Metropolitana	---	---	---	---	---	---	---	14,1
Paraná	0,76	0,78	69,8	69,6	82,9	321,4	---	20,9

FONTE: PNUD, apud IPARDES (2004b).

Na tabela 16 abaixo é possível constatar a situação de carência em que se encontra o saneamento no Vale do Ribeira, o que pode contribuir para o agravamento da saúde da população local:

TABELA 16: ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL E LIXO COLETADO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ – 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL		ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL		LIXO COLETADO	
		DOMICÍLIOS ATENDIDOS	ATENDIDOS TOTAL DOMICÍLIOS (%)	DOMICÍLIOS ATENDIDOS	ATENDIDOS TOTAL DOMICÍLIOS (%)	DOMICÍLIOS ATENDIDOS	ATENDIDOS TOTAL DOMICÍLIOS (%)
Adrianópolis	1.863	898	46,2	253	13,58	511	43,53
Bocaiúva do Sul	2.443	1.276	52,23	235	9,62	1.431	58,58
Cerro Azul	4.348	1.738	39,97	74	1,70	1.260	28,98
Doutor Ulysses	1.511	531	35,14	1	0,07	268	17,74
Itaperuçu	5.209	4.115	79	195	3,74	4.245	81,49
Rio Branco do Sul	7.877	5.650	71,73	1.374	17,44	5.464	69,37
Tunas do Paraná	907	451	49,72	19	2,09	442	48,73
TOTAL DO PARANÁ	2.664.276	2.227.821	83,62	1.006.340	37,66	2.217.117	83,22

FONTE: IBGE apud IPARDES (2004b).

O município de Bocaiúva do Sul merece destaque nos índices de educação, renda e desenvolvimento humano, estando entre os mais elevados do Vale do Ribeira. É do que constatamos na tabela 17 abaixo:

TABELA 17: IDH-M E COMPONENTES DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

MUNICÍPIO	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTO	TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR	RENDIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA	ÍNDICE DE ESPERANÇA DE VIDA (IDH-M-L)	ÍNDICE DE EDUCAÇÃO (IDH-M-E)	ÍNDICE DE RENDA (IDH-M-R)	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)
Adrianópolis	69,9	74,0	72,2	115,5	0,74	0,73	0,56	0,68
Bocaiúva do Sul	67,5	86,5	67,8	185,8	0,70	0,80	0,64	0,71
Cerro Azul	70,2	75,5	65,2	123,8	0,75	0,72	0,57	0,68
Doutor Ulysses	63,6	75,8	64,8	86,0	0,64	0,72	0,51	0,62
Itaperuçu	66,0	84,1	57,6	133,4	0,68	0,75	0,59	0,67
Rio Branco do Sul	66,0	83,2	68,8	178,9	0,68	0,76	0,63	0,70
Tunas do Paraná	71,1	71,9	64,6	136,6	0,76	0,69	0,59	0,63

FONTE: IPARDES (2004b)

Os municípios de Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul possuem o maior número de pessoas que ganham acima de 15 salários mínimos, 1,71% e 1,64% dos residentes, contudo a média paranaense para este índice é de 5,96%. Na tabela 18 abaixo, podemos perceber que quanto menor o grau de instrução, menor é o nível de renda.

TABELA 18: TOTAL DE DOMICÍLIOS, INDICADORES DE MAIOR E MENOR ESCOLARIDADE, DE MAIOR E MENOR RENDIMENTOS, DESIGUALDADE DE RENDA E ANALFABETISMO – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ – 2000

MUNICÍPIO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	ANOS DE ESTUDO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO		RENDIMENTOS DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO		DESIGUALDADE DE RENDA	POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS DE IDADE OU MAIS	
		ATÉ 3 E SEM INSTRUÇÃO (%)	11 E MAIS	MENOS DE 1 SM SEM RENDIMENTO (%)	MAIS DE 15 SM (%)		NÃO ALFABETIZADA	TAXA DE ANALFABETOS (%)
Adrianópolis	1.863	59,04	9,93	57,22	0,97	0,52	1.252	22,80
Bocaiúva do Sul	2.443	44,94	7,86	39,13	1,64	0,58	641	11,96
Cerro Azul	4.348	58,52	5,54	57,41	0,99	0,48	2.701	21,50
Doutor Ulysses	1.511	62,34	2,98	58,50	0,20	0,65	930	20,83
Itaperuçu	6.209	43,50	6,30	35,17	0,46	0,75	2.030	13,96
Rio Branco do Sul	7.877	43,76	8,38	36,44	1,71	0,65	3.352	14,78
Tunas do Paraná	907	62,84	3,20	42,56	0,77	0,70	654	24,31
TOTAL DO PARANÁ	24.158	30,48	22,30	26,00	5,96	0,49	654.713	8,57

FONTE: IBGE apud IPARDES (2004b).

4.4 AS PRINCIPAIS CULTURAS DA RMC

Com a necessidade de alimentar a população local da RMC, a produção agropecuária cresceu nos anéis concêntricos e a população rural vem crescendo desde 1980. As tabelas 19 e 20 abaixo expressam os produtos mais significativos produzidos na RMC.

TABELA 19: PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS NA RMC E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE – 2001

PRODUTO	PRODUÇÃO		
	METROPOLITANA	PARANÁ	PART. (%)
GRÃOS (toneladas)			
Milho	591.764	12.646.564	4,7
Soja	55.006	8.615.187	0,6
Feijão	45.157	462.615	9,8
Outros Grãos	13.388	2.400.564	0,6
TOTAL DE GRÃOS	705.315	24.124.930	3,0
OUTROS PRODUTOS (toneladas)			
Cebola	39.785	65.858	60,4
Batata-Inglesa	253.539	582.440	43,5
Batata-Doce	16.509	62.448	26,4
Banana (mil cachos)	63.464	157.579	40,3
OUTROS PRODUTOS (mil frutos)			
Tangerina	186.497	204.842	91,0
Maça	13.934	29.931	46,6
Pêssego	8.803	23.102	38,1

FONTE: IBGE Produção Agrícola Municipal, apud IPARDES (2004b)

TABELA 20: EFETIVO DOS REBANHOS NA RMC E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO PARANAENSE – 2001

REBANHO	NÚMERO DE CABEÇAS		PARTICIPAÇÃO DA MESORRÉGIAO NO TOTAL DO ESTADO (%)
	METROPOLITANA	PARANÁ	
Aves	33.214.266	152.509.986	21,8
Suíno	247.998	4.385.914	5,7
Bovino	211.587	9.816.547	2,2
Ovinos e Caprinos	56.750	624.834	9,1
Eqüino	46.879	470.302	10
Bubalino	8.230	49.460	16,6
Coelhos	5.498	28.190	19,5
Muar	3.969	57.496	6,9
Asinino	425	3.319	12,8

FONTE: IBGE Produção Agrícola Municipal, apud IPARDES (2004b)

O município de Bocaiúva do Sul é caracterizado como predominantemente rural, dado que sua taxa de urbanização é de apenas 39,36%. A tabela 21 abaixo permite um entendimento quantitativo dos pequenos agricultores presentes no Vale do Ribeira, sendo que suas propriedades possuem até 50 hectares.

TABELA 21: PERFIL PRODUTORES RURAIS NO VALE DO RIBEIRA – 2002

MUNICÍPIO	PRODUTOR DE SUBSISTÊNCIA	PRODUTOR DE SIMPLES MERCADORIA	EMPRESÁRIO RURAL	TRABALHADOR RURAL
Adrianópolis	300	400	90	500
Bocaiúva do Sul	600	570	130	980
Cerro Azul	1730	1150	50	0
Doutor Ulysses	600	560	40	150
Itaperuçu	662	137	34	320
Rio Branco do Sul	535	490	160	145
Tunas do Paraná	158	35	25	600

FONTE: EMATER apud SILVA (2004).

As produções mais expressivas economicamente, no sentido de ganho de escala para o Alto Ribeira são a citricultura e a exploração florestal. Porém as outras culturas também possuem seu grau de importância, já que são responsáveis pelo abastecimento direto ou indireto das famílias dos agricultores, proporcionando um papel essencial nas estratégias de reprodução das famílias dos agricultores da região, além de servir como base de sustentação para o desenvolvimento de outras atividades que porventura possam ampliar as possibilidades de fontes de renda. Portanto, a produção agrícola familiar para o auto-consumo e venda no Vale do Ribeira, não é um atraso e sim, condição indispensável para a construção de uma região mais autônoma e sustentável (IBASE; EMATER, 2006).

As principais culturas e atividades produzidas no Vale do Ribeira, capazes de alimentar a produção local, são de acordo com o IBGE (2005), as demonstradas nas tabelas 22 e 23 abaixo:

TABELA 22: PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS PRODUZIDAS NO VALE DO RIBEIRA, EM TONELADAS

MUNICÍPIO	MILHO	FEIJÃO	SOJA	ARROZ	CANA DE AÇÚCAR	BATATA-DOCE
Adrianópolis	10.944	2.030	-	-	4.030	-
Bocaiúva do Sul	33.670	1.547	-	-	-	143
Cerro Azul	42.500	575	58.650	4.050	31.800	-
Doutor Ulysses	33.320	1.406	432	-	-	228
Itaperuçu	17.750	1.054	-	-	1.176	92
Rio Branco do Sul	52.080	1.890	-	-	2.030	25
Tunas do Paraná	14.820	429	-	-	-	98

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

TABELA 23: PRODUÇÃO DE GADO, LEITE E MEL NO VALE DO RIBEIRA

VALE DO RIBEIRA	PECUÁRIA		SIVICULTURA
MUNICÍPIO	BOVINOS POR CABEÇA	LEITE EM MIL LITROS	MEL POR KG
Adrianópolis	19.887	6.770	5.900
Bocaiúva do Sul	11.851	3.680	85.680
Cerro Azul	21.733	4.200	16.470
Doutor Ulysses	10.245	4.700	21.400
Itaperuçu	4.254	1.450	4.290
Rio Branco do Sul	16.357	2.850	9.640
Tunas do Paraná	1.666	300	37.480

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

As tabelas 24 e 25 abaixo, revelam a quantidade de tangerina segundo a variedade por municípios ribeirinhos produtores, nos últimos anos, bem como o ano de 1995.

O município de Bocaiúva do Sul não possui produção expressiva em nenhuma das variedades de tangerina, sendo o município de Cerro Azul o maior produtor, não só do Vale, mas do Paraná, tendo destaque nas três variedades da tangerina.

TABELA 24: QUANTIDADE DE TANGERINA MURCOTE EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA

MUNICÍPIO	TANGERINA MURCOTE					
	1995	2000	2001	2002	2004	2005
Adrianópolis	0	129	125	120	122	96
Bocaiúva do Sul	0	0	0	0	0	0
Cerro Azul	0	21.840	22.270	22.100	15.763	12.000
Doutor Ulysses	0	6.750	6.507	6.664	5.950	4.000
Itaperuçu	0	1.684	1.612	1.527	1.271	380
Rio Branco do Sul	0	3.144	3.120	3.000	2.430	1.440

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

TABELA 25: QUANTIDADE DE TANGERINA PONKAN EM TONELADAS PRODUZIDA NO VALE DO RIBEIRA

MUNICÍPIO	TANGERINA PONKAN					
	1995	2000	2001	2002	2004	2005
Adrianópolis	120	780	774	726	729	648
Bocaiúva do Sul	0	46	46	42	44	36
Cerro Azul	90.000	153.965	154.176	152.810	136.675	91.800
Doutor Ulysses	18.600	59.670	57.375	52.900	47.048	35.000
Itaperuçu	3.720	14.044	13.564	12.960	11.600	7.650
Rio Branco do Sul	12.600	22.908	22.244	21.250	17.850	10.200

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

Os complexos agroindustrial e madeireiro perderam participação no conjunto industrial da RMC, em razão, em parte, do deslocamento do dinamismo de crescimento para outras regiões do Estado e, em parte, do crescimento mais acelerado das atividades da metalmeccânica. Tanto é assim que gêneros como o de alimentos mantiveram sua participação em torno de 20% no total do Estado ao longo do período, enquanto o têxtil ampliou de 8,12%, em 1990, para 14,4%, em 2000 (IPARDES, 2004).

As implantações da Tafisa, em Piên, e da Placas do Paraná, em Jaguariaíva – ambas fora da RMC -, exemplificaram a desconcentração do ramo da madeira no Estado. Apesar disso, o primeiro e o segundo anéis ampliaram o gênero madeira da RMC, com forte aumento de participação no VAF em Araucária (de 1,17% para 7,61%) e com ampliações menores em municípios como Pinhais, Fazenda Rio Grande, Contenda e Bocaiúva do Sul (IPARDES, 2004).

Existem duas formas de extração da madeira no Vale do Ribeira, a primeira delas explora a bracatinga, e a segunda utiliza-se ou do pinus ou do eucalipto.

Existe na RMC, um sistema tradicional de reflorestamento com a bracatinga, o qual é realizado principalmente em propriedades agrícolas com até 50 hectares;

isto porque a atividade principal destes pequenos produtores não é a produção florestal, e sim a produção agrícola, sendo a produção florestal aplicada apenas para a realização do pousio. Pela diversificação das atividades de produção animal e vegetal, a área média reservada à bracatinga pelo agricultor, é de 20 hectares, sendo que a soma de todas estas pequenas áreas totaliza 60.000 hectares. (SILVA, 2004).

A maior aplicação da madeira de bracatinga é no uso energético, isto é, transformação de lenha e carvão, sendo que a indústria de cal já chegou a consumir cerca de 54% da lenha comercializada por pequenos produtores de Bocaiúva do Sul. Além disso, a floração da bracatinga no inverno aumenta as opções de alimento das abelhas, garantindo uma produção de mel mais abundante (COMEC, 1990).

A tabela 26 abaixo refere-se à quantidade de madeira destinada à produção de lenha no Vale do Ribeira nos últimos anos e no ano de 1995, sendo que Bocaiúva do Sul é o maior produtor, seguido de Tunas do Paraná.

TABELA 26: EXTRAÇÃO DE MADEIRA DESTINA À LENHA NO VALE DO RIBEIRA

MUNICÍPIO	MADEIRAS DESTINADAS À LENHA EM M ³					
	1995	2000	2001	2002	2003	2005
Adrianópolis	48.000	0	0	9.800	9.000	11.000
Bocaiúva do Sul	559.000	400.000	350.000	335.000	320.000	332.500
Cerro Azul	52.000	23.000	21.000	15.000	12.000	15.800
Doutor Ulysses	31.000	30.000	28.000	30.000	25.000	31.500
Itaperuçu	72.000	95.000	98.000	85.000	65.000	71.300
Rio Branco do Sul	122.700	100.000	80.000	70.000	65.000	66.500
Tunas do Paraná	115.000	112.000	105.000	95.000	90.000	90.300

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

Quanto ao pinus ou o eucalipto, estes vem sendo usados como monoculturas para reflorestar a região, principalmente nos municípios de Bocaiúva do Sul, Dr. Ulysses, Adrianópolis, Tunas do Paraná e Itaperuçu.

As tabelas 27 e 28 abaixo, demonstram a quantidade extraída de pinus e eucalipto, respectivamente, nos municípios ribeirinhos. O fato de que em 1995 nenhum dos municípios plantava pinus, demonstra que a cultura foi introduzida no Vale recentemente, por uma mudança na composição econômica social da região, com a presença de grandes empresas reflorestadoras no local.

TABELA 27: QUANTIDADE PRODUZIDA DE PÍNUS NO VALE DO RIBEIRA, PRODUÇÃO EM M³ (EM TORAS) E DESTINADAS À SERRARIAS - ÚLTIMOS ANOS

MUNICÍPIO	MADEIRAS – EM TORA PARA SERRARIA - PINUS					
	1995	2000	2001	2002	2003	2005
Adrianópolis	0	10.000	9.000	8.000	9.500	180.000
Bocaiúva do Sul	0	15.000	17.000	60.000	100.000	143.000
Cerro Azul	0	135.000	160.000	150.000	100.000	109.500
Doutor Ulysses	0	105.000	110.000	200.000	195.000	294.000
Itaperuçu	0	60.000	65.000	60.000	40.000	80.500
Rio Branco do Sul	0	105.000	110.000	112.000	110.000	189.000
Tunas do Paraná	0	145.000	250.000	360.000	300.000	399.000

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

Já a quantidade produzida de eucalipto é menos expressiva. Com exceção de Bocaiúva do Sul, existe uma redução da quantidade plantada nos últimos anos, provavelmente pelo motivo do pinus ser uma cultura mais rentável, o que leva os produtores a optar por abandonar a plantação de eucalipto.

TABELA 28: QUANTIDADE PRODUZIDA DE EUCALIPTO NO VALE DO RIBEIRA, PRODUÇÃO EM M³ (EM TORAS) E DESTINADAS À SERRARIAS – ÚLTIMOS ANOS

MUNICÍPIO	MADEIRAS – EM TORA PARA SERRARIA - EUCALIPTO					
	1995	2000	2001	2002	2003	2005
Adrianópolis	0	3.500	0	0	0	0
Bocaiúva do Sul	0	260	300	400	2.000	5.100
Cerro Azul	0	0	0	0	2.000	1.900
Doutor Ulysses	0	0	0	0	0	3.350
Itaperuçu	0	0	0	0	0	3.900
Rio Branco do Sul	0	18.000	17.000	16.000	10.000	8.600
Tunas do Paraná	0	0	0	70.000	80.000	67.500

FONTE: SEAB, DERAL (2005).

A tabela 29 abaixo, refere-se aos empregos formais disponíveis no Vale do Ribeira paranaense, sendo estes de pequeno, médio ou grande porte:

TABELA 29: ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL, DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO E TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABELECIMENTOS COM 500 OU MAIS EMPREGADOS – MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ 2000

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTOS (%)			TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABELECIMENTOS COM 500 EMPREG. OU MAIS
		ATÉ 19 EMPREG.	20 A 99 EMPREG.	MAIS DE 100 EMPREG.	
Adrianópolis	29	20,84	15,83	63,32	---
Bocaiúva do Sul	85	33,33	36,94	29,73	---
Cerro Azul	52	26,05	20,84	53,11	---
Doutor Ulysses	17	4,44	22,67	72,89	---
Itaperuçu	97	46,42	26,57	27,01	---
Rio Branco do Sul	217	30,56	28,88	40,56	1.181
Tunas do Paraná	27	39,59	60,41	---	---
TOTAL DO PARANÁ	174.508	31,30	20,46	46,24	454.469

FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (RAIS). Apud IPARDES (2004b).

5 BOCAIÚVA DO SUL

5.1 PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA RIQUEZA DO ESTADO

A distribuição do produto interno bruto dos municípios da região do Vale do Ribeira revela que, de modo geral, a atividade de comércio e serviços é a preponderante na geração da riqueza regional. Excetuando-se Doutor Ulysses, onde predominam as atividades agropecuárias na geração do PIB, e Rio Branco do Sul, que tem na indústria cimenteira sua principal atividade econômica, com forte peso no Estado (40%), o que acaba por diferenciá-lo tanto em termos de PIB global como de PIB *per capita*, no conjunto da região (IPARDES, 2003).

As atividades do Setor Primário, que em 1970 respondiam por mais de 40% do VAF gerado no Estado, progressivamente foram superadas pelas do Setor Secundário, que consolidou sua participação atingindo, em 2000, 49,96% dessa renda da economia. A agricultura em 2000, respondeu por 13,7% do VAF do Estado, mantendo, contudo, papel relevante, dada à dinâmica multiplicadora na cadeia produtiva. Em 2000, 80,45% do valor bruto da produção agropecuária do Paraná correspondem à produção de soja, trigo, algodão e milho – importantes como commodities a base do segmento agroindustrial de primeiro processamento, bem como dos insumos à cadeia protéico-animal (IPARDES, 2003).

Nas tabelas 30 e 31 abaixo podemos verificar os valores do VAB e do VAF segundo os ramos de atividade, nos anos de 2005 e 2006 no município de Bocaiúva do Sul.

TABELA 30: VALOR ADICIONADO BRUTO À PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES – 2005

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$1,00)
Agropecuária	10.898
Indústria	8.110
Serviços	26.083
TOTAL	45.091

FONTE: IBGE, IPARDES

TABELA 31: VALOR ADICIONADO FISCAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE – 2006

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$1,00)
Produção Primária	11.234.305
Indústria	48.640.301
Comércio / Serviços	7.128.594
Recursos / Autos	1.064.283
TOTAL	68.067.483

FONTE: SEFA - PR

Já nas tabelas 32 e 33 podemos comparar o Produto Interno Bruto a preços correntes e *per capita* no município e no Estado no período de 2002 a 2005.

TABELA 32: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES E PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA* EM BOCAIÚVA DO SUL – 2002-2005

Produto Interno Bruto							
2002		2003		2004		2005	
A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)
30.586	3.250	43.344	4.536	41.709	4.301	48.573	4.936

Fonte: IBGE

TABELA 33: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES NO PARANÁ – 2002-2005

Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000.000 R\$)			
2002	2003	2004	2005
88.407	109.459	122.434	126.622

Fonte: IBGE

5.2 O MERCADO DE TRABALHO

As condições do mercado formal de trabalho e a remuneração média dos trabalhadores da região são indicativas das difíceis condições de sobrevivência da população ribeirinha. A presença de estabelecimentos com emprego formal é bastante reduzida e apenas em Rio Branco do Sul registra-se um número mais significativo deste tipo de empresa. Também apenas esse município escapa à regra geral da região de baixa remuneração dos empregos formais, alcançando 42,6% de seus empregados com remuneração superior a três salários mínimos, média similar à do Estado. A remuneração média nominal dos municípios equivale à metade da remuneração média observada para o Paraná (IPARDES,2003).

No período de 1990-2000, com base em informações da RAIS, houve criação de 362.967 empregos formais no Paraná, o que significou um aumento de 28,13%, e 137.535 deles ocorreram na Região Metropolitana de Curitiba (ou seja, 37,89%). Contudo, em termos de participação no total do emprego estadual, essa Região apresentou pequena diminuição de 45,97% em 2000 (IPARDES, 2004).

As tabelas 34, 35 e 36 abaixo revelam o número de pessoas empregadas segundo as atividades econômicas presentes no município de Bocaiúva do Sul. Segundo dados do IPARDES, 2004, em 2000, a Agropecuária do município ocupava 38,7 % da mão-de-obra.

TABELA 34: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) SEGUNDO ZONA E SEXO – 2000

URBANA	RURAL	MASCULINO	FEMININO	PEA TOTAL
1.489	2.459	2.760	1.188	3.948

FONTE: IBGE – Censo Demográfico – Resultados da amostra

NOTA: PEA DE 10 anos e mais.

O maior incremento no número total de empregos formais foi observado no primeiro anel: de 81.647 empregos em 1990, para 143.606 em 2000 (75,88%). Houve, portanto, a criação de 61.956 novos postos de trabalho, número pouco menor que o obtido por Curitiba, que criou, também nesse período, 70.164 postos formais de trabalho. Observa-se que nessas espacialidades, que configuram o aglomerado metropolitano, foi onde ocorreu a ampliação de 97,45% do emprego regional. O segundo anel possuía, em 1990, 7.108 empregos formais e, em 2000,

10.629 empregos, significando um aumento de 49,54%. A RAIS registrou ainda, para o terceiro ano, a ampliação do emprego formal em 31,01%, decorrente do incremento de 1.894 postos de trabalho formais entre 1990 e 2000 (IPARDES, 2004).

A economia do município de Bocaiúva do Sul gira em torno da atividade agropecuária desenvolvida sobre uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, do extrativismo vegetal e mineral, do turismo, do comércio varejista que atende os mais diversos setores e, nos últimos anos, uma tendência para a industrialização. Com o crescimento da população urbana, surge a necessidade de buscar a instalação de pequenas e médias empresas para atender a grande oferta de mão-de-obra. Com isso teve início a instalação de indústrias em alguns setores, entre os quais o madeireiro e metalúrgico.

As atividades do município se aproximam, em grande parte, do setor primário, pois está voltada ao beneficiamento de madeiras e minérios além de estimular o comércio e os serviços. Isto se deve ao fato de que a atividade conseguiu ampliar o mercado regional e estimular as exportações daqueles setores mais competitivos.

A maioria das indústrias de transformação são pequenas e mantêm-se com pouca mão-de-obra, muitas vezes ocupando os donos ou parentes próximos. As pequenas indústrias destinam-se em grande parte ao atendimento do mercado local e metropolitano de Curitiba, trata-se de indústrias de móveis, serrarias e outras. As indústrias de médio porte que possuem um maior número de empregados e também uma maior produtividade, tem sua produção destinada ao mercado nacional e externo, destacando-se aí a indústria madeireira e metalúrgica.

TABELA 35: POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2000

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	1.382
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	24
Indústria de transformação	381
Construção	215
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos	353
Alojamento e alimentação	67
Transporte, armazenagem e comunicação	205
Intermediações financeiras, ativ. Imobiliárias, aluguéis, serv. Prestados a empresas	106
Administrativa pública, defesa e seguridade social	210
Educação	154
Saúde e serviços sociais	59
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	71
Serviços domésticos	283
Atividades mal definidas	63
TOTAL	3.573

FONTE: IBGE – Censo Demográfico – Resultados da amostra

Na medida em que se afastam do pólo metropolitano, os municípios passam a registrar maior número de empregos nos setores Comércio e Serviços, como é o caso dos municípios que compõem o segundo e o terceiro anéis metropolitanos. Na média, eles registram mais de 46% de seus empregos no Setor Serviços. Por outro lado, observa-se que o VAF desse Setor foi baixo na maior parte dos municípios, o que indica que os postos de trabalho de serviços ocorreram no poder público, principalmente nas prefeituras municipais (IPARDES, 2004).

TABELA 36: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006

ATIVIDADES ECONOMICAS	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
Indústria e extração de minerais	6	56
Indústria de produtos minerais não metálicos	2	3
Indústria metalúrgica	2	32
Indústria da madeira e do mobiliário	8	162
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1	25
Indústria química, prod. Farmac, veterin., perf., sabões, velas e mat. Plast.	1	2
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	4	35
Construção civil	1	5
Comércio Varejista	29	162
Comercio atacadista	4	5
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	3	9
Administradoras de imóveis, valores mob., serv. Tecn. profs., aux. Ativ. Econ.	16	46
Transporte e comunicações	16	45
Serviços de alojamento, alim., repara, manut., radiodifusão e televisão	21	89
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3	2
Administração pública direta e indireta	2	320
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	37	161
TOTAL	156	1.159

FONTE: MTE – RAIS

O segundo anel reproduziu o desempenho do primeiro, porém com menor intensidade, tendo apresentado aumento de 49,53% de sua população ocupada, resultado do acréscimo no número de empregos formais em todos os setores da economia. Foi nesse anel que ocorreu o maior incremento proporcional no volume de emprego formal industrial (54,18%), embora tenha representado o acréscimo de apenas 1.251 postos formais de trabalho no setor, número bem menor que o obtido no primeiro anel. A maior geração ocorreu no Setor Serviços, com o acréscimo de 1.898 empregos formais (IPARDES, 2004).

5.3 PRINCIPAIS CULTURAS BOCAIUVENSES

Os produtores de Bocaiúva do Sul caracterizam-se por uma estrutura fundiária familiar, na qual as propriedades foram divididas no decorrer dos anos, formando inúmeros minifúndios.

A grande maioria dos produtores explora, em maior ou menor grau, a bracatinga, intercalando com plantações de milho. Economicamente a representatividade da bracatinga tem caído nos últimos anos. Atividades como a

olericultura, a fruticultura, a piscicultura e a ovinocultura têm sido buscadas para melhorar a condição de sustentabilidade da atividade tradicional.

Segundo a EMBRAPA (1988), o município de Bocaiúva do Sul é um dos poucos da região metropolitana que ainda possui reservas florestais nativas, o avanço da exploração da mata nativa deu lugar a grandes áreas reflorestadas, hoje por eucaliptos e pinus. A araucária e a erva-mate nativa são as mais encontradas, outras madeiras de lei existem, porém, em pouca quantidade devido principalmente a sua exploração comercial.

Nas tabelas 37, 38, 39 e 40 abaixo, verificamos as principais culturas do município de Bocaiúva do Sul.

TABELA 37: ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA POR UTILIZAÇÃO DAS TERRAS – 2006

UTILIZAÇÃO DE TERRAS	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)
Lavouras	562	8.842
Matas e Florestas	376	12.959
Pastagens	316	8.566

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário

TABELA 38: ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA – 2006

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (há)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Abacate	84	1.026	12.214	575
Arroz	8	10	1.250	3
Batata-doce	17	154	9.059	37
Cebola	9	87	9.667	52
Erva-mate (folha verde)	68	107	1.574	79
Feijão	1.625	1.547	952	1.354
Fumo (em folha)	5	10	2.000	38
Mandioca	90	1.174	13.044	329
Melancia	4	40	10.000	35
Milho	9.100	33.670	3.700	6.195
Pêra	4	36	9.000	36
Pêssego	4	48	12.000	54
Tangerina	2	54	27.000	62
Tomate	38	1.892	49.789	511
Uva	12	104	8.667	125

FONTE: IBGE – Produção Agrícola Municipal

TABELA 39: EFETIVO DE PECUÁRIA E AVES – 2006

EFETIVOS	NÚMERO
Rebanho de bovinos	12.443
Rebanho de eqüinos	2.391
Galináceos (galinhas, gaios, frangos (as) e pintos)	53.900
Rebanho de ovinos	4.760
Rebanho de suínos	1.133
Rebanho de asininos	72
Rebanho de bubalinos	351
Rebanho de caprinos	649
Codornas	1.287
Coelhos	344
Rebanho de muares	136
Rebanho de ovinos tosquiados	2.284
Rebanho de vacas ordenhadas	2.548

FONTE: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

TABELA 40: PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL – 2006

PRUDUTOS	PRODUÇÃO	UNIDADE
Lã	3.791	kg
Leite	3.862	Mil litros
Mel de abelha	75.398	kg
Ovos de codorna	19	Mil dúzias
Ovos de galinha	516	Mil dúzias

FONTE: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal

5.4 POPULAÇÃO

A população bocaiuvense é predominantemente rural, dado que seu grau de urbanização é de apenas 39,4%. A área urbana de Bocaiúva do Sul é minúscula se comparada a sua extensão territorial. Nas localidades rurais do município ainda se pratica muito a agricultura de subsistência. A tabela 41 nos mostra a distribuição dos municípios paranaense segundo o grau de urbanização.

TABELA 41: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ E RMC – 1970/2000

GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	MUNICÍPIOS			
	1970		2000	
	PARANÁ	RMC	PARANÁ	RMC
Até 50	91,3	67,7	29,1	43,2
De 50 a menos de 75	6,9	22,6	37,1	10,8
De 75 a menos de 90	1,4	3,2	24,6	21,6
De 90 a mais	0,3	6,5	9,3	24,3

FONTE: IBGE, DADOS TRABALHADOS PELO IPARDES, apud IPARDES (2004).

A tabela 42 refere-se ao crescimento geométrico do município de Bocaiúva do Sul, de acordo com a zona, urbana e rural.

TABELA 42: TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO SEGUNDO A ZONA – 2000

ZONA	TAXA DE CRESCIMENTO
Urbana	4,19
Rural	0,33
TOTAL	1,68

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

A tabela 43 abaixo nos mostra a distribuição da população do município segundo as faixas etárias e o sexo.

TABELA 43: POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS E SEXO – 2007

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Menores de 1 ano	105	101	206
De 0 a 4	524	473	997
De 5 a 9	523	438	961
De 10 a 14	472	457	929
De 15 a 19	490	446	936
De 20 a 24	435	357	792
De 25 a 29	377	353	730
De 30 a 34	327	305	632
De 35 a 39	296	258	554
De 40 a 44	265	265	530
De 45 a 49	236	217	453
De 50 a 54	193	182	375
De 55 a 59	176	140	316
De 60 a 64	144	124	268
De 65 a 69	127	99	226
De 70 e mais	181	170	351
TOTAL	4.766	4.284	9.533

FONTE: IBGE – Censo Demográfico – Resultados de Amostra

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2007, a população total do município de Bocaiúva do Sul é de 9.533 habitantes, sendo 3.562 a população urbana e 5.488 a população rural.

Em 2000, 35% da população bocaiuvense estava abaixo da linha de pobreza. É o que verificamos na tabela 44 abaixo:

TABELA 44: INDICADORES DE POBREZA – BOCAIUVA DO SUL, MESORREGIÃO E PARANÁ – 2000

INDICADOR	BOC DO SUL	MESORREGIÃO	PARANÁ
Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza	35%	16%	24%
Comparação 1991 – aumento/redução %	- 27%	- 13%	- 32%
Intensidade da pobreza	45%	44%	42%
Comparação 1991 – aumento/redução %	3%	- 16%	- 2%
Participação dos 20% mais pobres	3,0%	2,9%	2,4%
Comparação 1991 – aumento/redução %	- 27%	- 31%	- 9%
Razão entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos (vezes)	19,77	20,40	27,39

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Quanto às condições de saúde da população do Vale do Ribeira observa-se que os coeficientes de mortalidade geral, infantil e proporcional dos municípios da região são significativamente superiores às médias observadas no Estado (tabela 45). Esse inadequado desempenho dos indicadores de saúde corresponde a uma rede pública de atendimentos bastante limitada, tanto no âmbito hospitalar quanto ambulatorial, e, por vezes, até mesmo inexistente na maioria dos municípios. Nesse contexto, a rede de Cerro Azul configura-se a mais estruturada da região (IPARDES, 2003).

A tabela 45 demonstra os diversos coeficientes de mortalidade dos municípios do Vale do Ribeira.

TABELA 45: COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL E INFANTIL, MORTALIDADE PROPORCIONAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS – MUNICIPIOS DO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ - 2000

MUNICIPIO	Coeficiente de Mortalidade Geral (óbitos por 1.000 hab)	Coeficiente de Mortalidade Infantil (óbitos por 1.000 nascidos vivos)	Mortalidade Proporcional < de 1 ano	Mortalidade Proporcional > de 50 anos	Coeficiente de Mortalidade por doenças transmissíveis (100.000 hab)
Adrianópolis	6,35	62,5	13,16	60,53	16,7
Bocaiúva do Sul	6,67	28,09	8,06	72,58	64,57
Cerro Azul	3,7	14,49	7,04	60,56	5,22
Doutor Ulysses	2,61	12,66	6,25	56,25	---
Itaperuçu	5,43	26,13	10,19	59,26	15,08
Rio B. do Sul	9,16	42,74	13,3	57,98	43,83
Tunas do Paraná	4,61	39,22	11,76	76,47	---
2ª Regional de Saúde	5,62	18,46	6,3	67,32	21,97
ESTADO DO PARANÁ	5,83	19,44	6,28	70,49	22,17

FONTE: SESA

As tabelas 46, 47, 48 e 49 a seguir revelam os números relacionados à mortalidade infantil, a saúde materna, o HIV/AIDS, a malária e outras doenças no município de Bocaiúva do Sul.

TABELA 46: MORTALIDADE INFANTIL – BOCAIÚVA DO SUL – 2002/04/05

INDICADOR	BOC DO SUL	MESORREGIÃO	PARANÁ
Taxa de mortalidade em menores de 5 anos – 2004	18,4	16,9	18,3
Comparação 1990 – aumento/redução %	- 71%	- 59%	- 53%
Taxa de mortalidade em menores de 1 ano – 2005	0,0	13,2	14,4
Comparação 1990 – aumento/redução %	- 100%	- 64%	- 57%
Percentual de mortalidade entre 28 dias a 1 ano - 2004	----	39%	32%
Proporção de crianças menores de 1 ano vacinadas contra sarampo - 2002	114,06	----	98,4

FONTE: PNUD – Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e Ministério da Saúde – Datasus

TABELA 47: SAÚDE MATERNA – 2004

INDICADOR	BOC DO SUL	MESORREGIÃO	PARANÁ
Taxa de mortalidade materna (100 mil nascidos vivos)	-----	76,4	69,7
Proporção de partos assistidos por profissionais da saúde	99,4	99,6	99,6
Proporção de crianças nascidas sem consultas pré-natais	1,84	0,92	0,81
Proporção de crianças nascidas de mães adolescentes	23,31	19,23	20,69

FONTE: PNUD - DATASUS

TABELA 48: HIV/AIDS, MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS – 2004/2005

INDICADOR	BOC DO SUL	MESORREGIÃO	PARANÁ
Número de casos registrados com ano de diagnóstico em 2005	2	868	1572
Acumulado 90/05	5	10.947	19.358
Número de óbitos de tuberculose – 2004	-----	70	191
Acumulado 90/05	20	1.086	3.209
Doenças crônicas não transmissíveis (100 mil habitantes) - 2004	330,0	288,8	318,5
Doenças infecciosas (100 mil hab) - 2004	----	18,8	19,3
Causas externas (100 mil hab) – 2004	92,8	83,0	82,7

FONTE: PNUD – DATASUS

TABELA 49: ÓBITOS SEGUNDO TIPO DE DOENÇAS EM MENORES DE 1 ANO E TOTAL – 2005

TIPOS DE DOENÇAS (CID 10)	MENORES DE 1 ANO	TOTAL
Neoplasias (tumores)	--	7
Endócrinas, nutricionais e metabólicas	--	3
Do aparelho circulatório	--	20
Do aparelho respiratório	--	3
Do aparelho digestivo	--	2
Do aparelho geniturinário	--	2
Sintomas, sinais e achados normais	--	2
Causas externas	--	9

FONTE: MS – DATASUS

NOTA: CID 10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde, 10ª Revisão Internacional de Doenças.

O município de Bocaiúva do Sul ainda apresenta bolsões de analfabetismo e taxas que superam 10% da população acima de 15 anos, sendo que o analfabetismo é maior nas idades mais avançadas. Verificamos isso nas tabelas 50, 51 e 52 abaixo:

TABELA 50: TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS – 2000

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	TAXA (%)
De 15 ou mais	13,4
De 15 a 19	2,9
De 20 a 24	5,4
De 25 a 29	7,7
De 30 a 39	8,3
De 40 a 49	11,0
De 50 e mais	32,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico

A oferta de serviços de educação básica do Vale da Ribeira abrange todos os níveis de ensino, inclusive a educação de jovens e adultos (supletivo). Cabe aos municípios a oferta de creches, pré-escola e 1ª a 4ª séries, e apenas Adrianópolis não registra alunos matriculados em creche. Já, a oferta de 5ª a 8ª séries e ensino médio, de responsabilidade das escolas estaduais, está presente em todos os municípios. A oferta de matrículas por escolas privadas é residual em toda a região (IPARDES, 2003).

TABELA 51: MATRÍCULAS, CORPO DOCENTE E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA – 2006

EDUCAÇÃO BÁSICA	CRECHE	PRE-ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO
MATRÍCULAS	89	167	2.050	371
Estadual	--	--	916	371
Municipal	89	167	1.134	--
DOCENTES	--	12	101	29
Estadual	--	--	35	29
Municipal	--	12	66	--
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	--	1	17	1
Estadual	--	--	1	1
Municipal	--	1	16	--

FONTE: MEC – INEP

NOTA: Corpo Docente – um docente pode lecionar em mais de um grau / modalidade de ensino.

TABELA 52: ENSINO BÁSICO UNIVERSAL – 2000

INDICADOR	BOC DO SUL	MESORREGIÃO	PARANÁ
Proporção de crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental	85,7	90,7	93,8
Comparação 1991 – aumento/redução	25%	7%	11%
Taxa de conclusão de 1ª a 4ª série do ens. Fund. De crianças de 11 a 14 anos	71,07	81,63	81,61
Taxa de conclusão no ens. Fun. entre jovens de 15 a 17 anos	34,81	59,30	59,13
Taxa de conclusão no ens. Fund. Entre jovens de 18 a 24 anos	29,58	67,73	63,75
Taxa de alfabetização de 15 a 24 anos	96,28	98,62	98,13
Comparação 1991 – aumento/redução	10%	2%	3%

FONTE: PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na tabela 53 abaixo verificamos a situação do abastecimento de água no município de Bocaiúva do Sul:

TABELA 53: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PELA SANEPAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS – 2007

CATEGORIAS	UNIDADES ATENDIDAS	LIGAÇÕES
Residenciais	1.709	1.649
Comerciais	62	57
Industriais	11	11
Utilidade pública	22	22
Poder público	33	33
TOTAL	1.837	1.772

FONTE: SANEPAR

6 ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE BOCAIÚVA DO SUL

6.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento Econômico: crescimento econômico (aumento de produção, etc.), especialmente quando acompanhado de mudanças econômicas e sociais mais profundas e duradouras (como diversificação do sistema produtivo, etc.).

Desenvolvimento Sustentável: é o que ao utilizar os recursos naturais racionalmente, atende as necessidades humanas do presente, e não prejudica o meio ambiente e as gerações futuras. (Dicionário Aurélio, 2005).

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (Vasconcelos e Garcia, 1998, citado em **Revista FAE**, 2002).

Existem controvérsias a respeito dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico que ainda não foram bem esclarecidas. A respeito disso, Scatolin(1989, citado na **Revista da FAE** 2002) observa:

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, tem sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão científica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Luiz Carlos Bresser-Pereira (2003, p.31) conceitua “desenvolvimento” da seguinte forma:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e

autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Quando falamos em desenvolvimento, temos sempre como objeto um sistema social determinado, o qual se localizará geograficamente em uma região, um país ou um continente. Será sempre, porém, um sistema social. Suas partes, portanto, serão interdependentes. Quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão nas estruturas política e social e vice-versa. O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população.

6.2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para impulsionar o desenvolvimento econômico com equidade social e sustentabilidade ambiental é imprescindível formular políticas mistas em que as medidas encaminhadas para alcançar os principais equilíbrios macroeconômicos sejam acompanhadas de outras que busquem fomentar as potencialidades existentes no território. Para isso, tanto os governos regionais como locais devem desempenhar um papel decisivo como animadores e facilitadores da criação de instituições de desenvolvimento produtivo e empresarial.

De acordo com Francisco Albuquerque (1998), nas estratégias de desenvolvimento econômico local o espaço territorial é concebido como um mero espaço funcional. Igualmente, a sociedade local não se ajusta de forma passiva aos grandes processos de transformação em curso, mas desenvolve iniciativas próprias, a partir de suas particularidades territoriais nos planos econômicos, político, social e cultural.

As iniciativas locais de desenvolvimento ocorrem em diversos âmbitos, tanto rurais quanto urbanos. Embora essas iniciativas diferem notavelmente segundo o seu contexto, a lógica a que respondem é essencialmente idêntica, isto é, busca a mobilização territorial a partir da prática de iniciativas empresariais produtivas.

No que se refere ao desenvolvimento rural, convém insistir que este não pode contemplar unicamente as atividades agrárias, já que nesse meio é possível promover outras iniciativas, tais

como as vinculadas ao aproveitamento industrial de produtos primários, o artesanato, a proteção do meio ambiente, o turismo rural, ecológico e de aventura, o agroturismo, a proteção do patrimônio cultural e paisagístico e desenvolvimento dos serviços. Em outras palavras, também o desenvolvimento rural supõe a criação de novas empresas e atividades relacionadas ou não com a agricultura, assim como de um “ambiente inovador”, apropriado para assegurar o acesso aos serviços avançados de apoio à produção e fomento da cultura inovadora em nível local.

Por outro lado, no meio urbano, os poderes locais exercitam paralelamente iniciativas destinadas a lutar contra a pobreza e desemprego e em favor do meio ambiente. Nestes casos, a política de animação de projetos locais de desenvolvimento enriquece com as políticas formuladas para responder a estas exigências sociais, trabalhistas e ambientais, já que as políticas que buscam satisfazer necessidades fundamentais (por exemplo, a reocupação de casas em bairros pauperizados ou a distribuição de produtos básicos em zonas isoladas), assim como as políticas que se ocupam da reinserção dos trabalhadores mediante o melhoramento de sua qualificação profissional, ou aquelas que estimulam a reciclagem de resíduos ou materiais recuperáveis, são todas relevantes para o desenvolvimento e, como tais, constituem iniciativas locais a seu favor (Albuquerque, 1998).

Assim, o desenvolvimento econômico local pode ser definido como aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local, que mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida duma comunidade local (dei Castillo, 1994, citado em Albuquerque 1998).

Todo processo de desenvolvimento local supõe criar novas instituições para o desenvolvimento territorial, com a participação negociada dos gestores públicos e do setor privado; impulsionar iniciativas empresariais inovadoras e melhorar a capacitação da força de trabalho local.

6.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E EDUCAÇÃO - CAPACITAÇÃO E APRENDIZAGEM PARA A INICIATIVA

De acordo com Albuquerque (1998), a formação de capital humano e social é elemento chave para garantir a empregabilidade presente e futura dos recursos humanos de um determinado território. A qualificação e desenvolvimento de habilidades são fatores de importância crescentes para todas as atividades econômicas, tanto na indústria, com seus distintos níveis tecnológicos, na agroindústria e no setor de serviços. Torna-se elemento determinante para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para que se adquira uma melhor perspectiva de crescimento pessoal, tanto no âmbito econômico como social, é preciso que os recursos humanos recebam capacitação permanente e adequada.

Para se manter um desenvolvimento sustentável, equilibrado e competitivo, precisamos contar com recursos humanos com alto nível de autonomia. Quando as políticas de educação são voltadas para os valores democráticos e para os princípios construtivistas, o estímulo à capacidade de iniciativa torna-se sempre presente.

O baixo nível de escolaridade apresentado pela população adulta regional requer uma atuação orientada e efetiva no sentido de oferecer programas compatíveis, de forma sustentada, com a finalidade explícita de superar esse quadro deficitário. Paralelamente, há que se pensar em um esforço conjugado do poder público visando à capacitação da população jovem e adulta para o trabalho, simultaneamente à criação de novos empregos. Tais mecanismos, ao mesmo tempo em que funcionam como elementos de garantia de ascensão social, podem facilitar a permanência da população na região, evitando sua evasão (IPARDES, 2003).

6.4 ESPECIALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS

A cadeia produtiva de produtos com o mel e a madeira, se for cada vez especializada, poderia ser capaz de alavancar e transformar a economia de Bocaiúva do Sul, mesmo porque o pólo é um grande mercado consumidor e encontra-se a poucos quilômetros dali.

Conforme estudos do IPARDES (2003), o baixo nível de escolaridade apresentado pela população adulta regional, requer uma atuação orientada e efetiva no sentido de oferecer programas compatíveis e sustentáveis, os quais superem o atual quadro deficitário. Estes programas devem buscar a capacitação de jovens e adultos para o trabalho, simultaneamente à criação de novos empregos.

Para isso, a inovação tecnológica e a capacitação de recursos humanos tornam-se fundamentais. A especialização produtiva só terá sucesso, se a população local tiver acesso a uma educação capaz de desencadear processos tecnológicos constantes, que promovam diminuição nos custos, ganho de competitividade, e por conseqüência, aumentar a renda e estimular a economia local, aumentando empregos.

Segundo o PRDE (2006), é preciso implantar projetos de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba, sendo que estes devem ter embasamento na biodiversidade, através da utilização da biotecnologia adequada, com uso intensivo de mão-de-obra e alta qualificação dos produtores para criar um significativo diferencial de agregação de valor, facilitando a comercialização até mesmo para o exterior.

6.5 INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO E PERMANÊNCIA LOCAL

Segundo o IPARDES (2003), as ações tomadas para elevar a renda se transformam em mecanismos elementares para garantir a ascensão social da população, o que levará à facilitação da permanência da mesma na região, evitando sua evasão.

Novas oportunidades locais de emprego para a população diminuem o interesse da mesma em migrar para os grandes centros, em busca de melhores condições de vida. Isso influencia diretamente as relações econômicas e sociais da RMC, inclusive do pólo.

Os hospitais e postos de saúde, por exemplo, ao receberem mais investimentos, podem aprimorar o atendimento, especializando-se cada vez mais, tornando-se referência e suporte aos hospitais e postos de saúde dos municípios distantes do pólo, daqueles que dispõem de um serviço mais generalista. Para isso, vários programas federais e estaduais na área de saúde, considerados mesmo

básicos, devem ser levados ao Vale; como por exemplo, a Farmácia Popular (PRDE, 2006).

6.6 MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA

O conjunto de municípios ribeirinhos conforma uma área sem malha viária capaz de atender às necessidades de escoamento da produção e, muito menos, capaz de atuar como fator de desenvolvimento regional, explicando, em parte, por que a região vem se mantendo à margem da expansão da economia estadual (IPARDES, 2003).

Segundo o IPARDES (2003), a melhoria do Sistema Viário impõe-se como condição necessária para viabilizar não só o fortalecimento da economia ribeirinha, mas também a economia regional. Além dos impactos dinamizadores que acarreta uma sólida infra-estrutura viária ligando os diversos municípios da região à capital do Estado constitui, também, uma pré-condição para melhoria da renda da população e agiliza seu acesso a bens e serviços ofertados pelo pólo.

Como os investimentos em infra-estrutura são altos, a presença do Estado, mais uma vez, faz-se necessária mediante a parceria com governos municipais, no sentido de maximizar a alocação de recursos públicos na região, enfrentando também os graves problemas de insuficiente atendimento nas áreas de educação e saúde (IPARDES, 2003).

Assim, é possível apontar caminhos para um desenvolvimento que permita superar os impasses socioeconômicos, sem que tal percurso implique o descuido com a preservação das áreas naturais, do patrimônio ambiental, cultural e histórico. Os desafios podem ser superados regionalmente, a partir da dinamização das cadeias produtivas e de uma atenção dos poderes públicos focada nesses objetivos (IPARDES, 2003).

7 CONCLUSÃO

Para que o município de Bocaiúva do Sul venha a se tornar um município desenvolvido, precisamos também pensar no desenvolvimento do Vale do Ribeira paranaense. Assim, é necessário que o poder público, nas suas três esferas (municipal, estadual, federal), intensifique esforços no sentido de transformar a realidade de pobreza e estagnação em riqueza, agregação de valor e dinamização econômica.

Torna-se necessário o aumento nos investimentos em educação, infraestrutura, saúde e programas de geração e aumento de renda para que a população tenha acesso a melhores serviços nas diversas áreas, e para que o município conte com mão-de-obra mais qualificada e assim possa aumentar seus postos de trabalho, diminuindo com isso, a evasão da população. Seria interessante também, colocar à disposição dos estudantes, opções de cursos técnicos que viabilizem a especialização das atividades produtivas, e com isso, diminuir ainda mais a posição de “dormitório” do município.

Com essas atitudes, é possível melhorar as condições de vida da população bocaiuvense, aumentando a riqueza do município e, ao mesmo tempo, respeitando suas riquezas naturais.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico**. Fortaleza: BNB, 1998.

BRESSER, P. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo. Editora 34, 2003.

COMEC. Composição. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/comec/>. Acesso em: 20 Ago.2008.

DELGADO, P. **Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil**. Curitiba. IparDES, 2004.

FAE. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Curitiba. Revista da FAE, 2002.

IBGE. Biblioteca Digital. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 Ago.2008.

IBGE. **Rede de Influência das cidades**. Rio de Janeiro, 2008.

IPARDES. **Os Vários Paranás: Identificação de Espacialidades Socioeconômico-Institucionais como Subsídio a Políticas de Desenvolvimento Regional**. Curitiba: IPARDES, 2006.

IPARDES. **Vale do Ribeira: Referências da Dinâmica Regional**. Curitiba: IPARDES, 2003.

NOJIMA, D. **Dinâmica recente da Economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004.

RICHARDSON, H. **Economia Regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

SEBRAE. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Curitiba. Sebrae, 2003.

SOUZA, N. **Economia Regional: Conceito e Fundamentos Teóricos.** Revista Perspectiva Econômica, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1981.